



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 35 - Nº 692 - DE 2 A 15 DE JULHO DE 2023 - R\$ 5,00

Motim do Grupo Wagner favorece a posição do imperialismo na guerra da Ucrânia

A guerra de dominação exige a unidade do proletariado, para derrotar a aliança imperialista comandada pelos Estados Unidos, retirar as tropas russas do território e estabelecer a autodeterminação da Ucrânia

Não haverá paz sem anexação e sem a imposição das potências imperialistas, a não ser que seja por meio da luta de classes

Lula se curva diante do agronegócio

**ORGANIZAR A OPOSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA
AO GOVERNO DE FRENTE AMPLA**



34 anos
da fundação do
Partido Operário
Revolucionário

1989
2023

Nossa tarefa é a da revolução proletária, superação da crise mundial de direção e reconstrução da IV Internacional

Imperialismo conta com a crise provocada pelo Grupo Wagner

Em meio a sinais de fracasso da contraofensiva das Forças Armadas da Ucrânia, emerge uma revolta do Grupo Wagner russo, formado por mercenários e comandados por Ievgeni Prigozhin. Essa milícia organizada no processo de restauração capitalista e liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) evidencia a mais completa destruição do Exército Vermelho, criado pela Revolução Russa de 1917. As Forças Armadas da Rússia, que foram edificadas com seus escombros e firmadas sobre suas cinzas, correspondem à vitoriosa contrarrevolução pró-capitalista, encarnada pela burocracia estalinista, que chegou nos anos de 1980 e 1990 em profunda decomposição. A degeneração do Estado Operário pelo processo de burocratização e a eliminação da democracia soviética inevitavelmente comprometeriam o caráter revolucionário de classe do Exército Vermelho e o levaria a se tornar instrumento da restauração capitalista.

As atuais circunstâncias da guerra na Ucrânia e a decisão de Prigozhin em contestar o ministro da Defesa, Serguei Shoigu, e o chefe do Estado-maior, Valeri Gerasimov, exigem demonstrar o significado da criação e utilização de uma empresa militar privada para servir de auxiliar ao exército russo. Como é de conhecimento público, os Estados Unidos são os maiores promotores de braços mercenários em suas intervenções externas no Oriente Médio e África. As denúncias de que o governo norte-americano se valeu fartamente desses grupos privados nas guerras do Iraque e Afeganistão – o mesmo percurso tem trilhado a Inglaterra e França - evidenciaram a que ponto chegou a putrefação do capitalismo e de sua democracia burguesa.

A Rússia, sob o governo de Putin, seguiu o exemplo do imperialismo potenciando o Grupo Wagner em ações externas, como na guerra da Síria, Líbia etc., diferenciando-se apenas por não ter legalizado em forma de lei a utilização de mercenários. Esse fenômeno causou discussão na ONU, que em nada resultou, a não ser a confirmação de que se trata de uma modalidade lucrativa na indústria capitalista das guerras.

Há um fator histórico, no entanto, que deve ser posto à luz do dia. A Rússia se pôs no mesmo caminho do imperialismo quanto ao uso de forças de guerra não estatais como resultado da restauração capitalista e da substituição do Exército Vermelho que serviu de defesa da revolução proletária pelo Exército “Branco” que serviu e serve à contrarrevolução burguesa que derrubou a URSS. As mudanças no Exército Vermelho começaram sob a ditadura burocrática de Stalin e concluíram nas condições de aberta restauração capitalista. Não há como não reconhecer a justeza da posição de Trotsky de que o avanço da burocratização do Estado soviético implicava uma revisão antimarxista-leninista do caráter de classe da violência e das Forças Armadas. Em luta contra o termidor estalinista, Trotsky, no escrito “A Revolução Traída”, expõe os perigos do revisionismo que muda de conteúdo de classe a natureza e a função histórica das Forças Armadas. Eis: “O exército da ditadura do proletariado deve ter, segundo o programa do partido, ‘um nítido caráter de classe, isto é, compor-se exclusivamente de proletários e camponeses pertencentes aos grupos mais pobres semiproletários da população dos campos. Esse exército de classe só se tornará uma milícia socialista após a supressão das classes.’”

Os Estados Unidos e sua aliança europeia em nenhum momento puderam denunciar a Rússia por lançar no confronto mi-

litar o Grupo Wagner, a não ser acusá-lo de “cometer crime de guerra”, como se essas potências que fizeram a Ucrânia bucha de canhão não fossem os maiores criminosos de guerra da época imperialista do capitalismo. Agora, viram no motim chefiado por Prigozhin um sinal de divisão no interior da cúpula militar e do governo Putin, que, se se consolidar, favorecerá a contraofensiva da Ucrânia, que não se mostrou à altura para alcançar o objetivo de reconquistar a região de Donbass e pôr fim à sua anexação pela Rússia.

O acordo que levou ao recuo das tropas do Grupo Wagner, mediado pelo presidente da Belarus, Aleksandr Lukashenko, evitou um confronto em solo russo, o que seria muito favorável à aliança imperialista e à contraofensiva da Ucrânia. Muito se especulou sobre o que teria levado Prigozhin a voltar as armas contra Moscou, ainda que não tivesse capacidade militar para derrubar a cúpula militar das Forças Armadas da Rússia e, assim, o próprio governo Putin. Mas, o mais provável é que os mercenários se sentiram ameaçados com as exigências de que cedessem a disciplina própria e se colocassem sob o comando do ministério da Defesa.

Putin caracterizou como traição, mas teve de aceitar um acordo de pacificação. Sua comparação histórica com a tomada do poder pelo proletariado e os camponeses pobres em outubro de 1917, para dizer que os russos não devem derramar sangue russo, não passou de retórica. Mas, teve o sentido de lembrar os perigos de uma revolução, que de fato não têm a ver com as condições políticas do momento e expor o seu reacionarismo como parte responsável pelo processo de restauração capitalista e desintegração da URSS. O certo é que o Grupo Wagner é uma criatura da contrarrevolução e que dela se aproveitou para fazer negócios.

A crise político-militar foi contornada, mas não resolvida. A instalação do comando de Prigozhin na Belarus ensejou o pedido dos países do Báltico para que a OTAN fortifique as suas fronteiras. O imperialismo irá tirar o máximo de proveito do conflito no interior das forças russas para prolongar a guerra e reforçar o armamento da Ucrânia. A contraofensiva terá ainda de mostrar a sua eficácia. A bandeira da paz passou a ser manipulada inclusive por Zelensky. Mas se trata de um jogo do imperialismo, que objetiva enfraquecer as fileiras da Rússia e pressionar os seus militares à capitulação.

O problema continua sendo o atraso da classe operária em se levantar contra a guerra, a começar pelos países do bloco europeu, pela Ucrânia e Rússia. As radicais manifestações na França contra o assassinato pela polícia de um jovem, que se seguiu às greves contra a reforma da previdência de Macron, indicam as profundas tendências de luta de classes na Europa. Pouco antes, em Portugal milhares de manifestantes ganharam as ruas de importantes cidades sob a bandeira “Parar a guerra! Dar uma oportunidade à paz”, assumida pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP). Trata-se de confluir as lutas contra a opressão capitalista com a defesa do fim da guerra na Ucrânia.

Somente o proletariado à frente da maioria oprimida, com seu programa e seus métodos de luta, pode empunhar a bandeira de fim da guerra, por uma paz sem anexação e sem nenhuma imposição do imperialismo.

Governo Lula se curva

Os capitalistas do agronegócio, fazendeiros e latifundiários foram a base mais avançada do governo Bolsonaro. Fizeram de tudo para que Lula não voltasse à Presidência. A sua fração mais direitista incentivou a camarilha bolsonarista a promover um golpe de Estado, que, finalmente, terminou em aventura no dia 8 de janeiro. De conjunto, essa fração oligárquica da burguesia nacional há muito tem procurado destruir o MST e acabar com o movimento dos sem-terra. Acaba de colocar em funcionamento a CPI do MST. Esse é o quadro geral sobre o qual Lula tem de se equilibrar para o seu governo sobreviver.

A agropecuária e o agronegócio ampliaram sensivelmente sua participação no Produto Interno Bruto (PIB). A indústria comparativamente regrediu. E os serviços se agigantaram. O PT se ergueu como um partido voltado à defesa da fração burguesa industrial. Desde a sua origem, se colocou por uma espécie de nacionalismo industrializante. Eis por que, na presente situação, o petismo e lulismo se encontram em grande medida vinculados a um setor da indústria, que têm em sua composição o maior peso dos monopólios multinacionais.

Lula foi eleito acenando para os capitalistas a bandeira de reindustrialização. Mas, da mesma forma que entre os burgueses da indústria há divisões, também ocorrem entre os burgueses do agronegócio. Um setor vinculado à agroexportação está com Lula em suas proposições sobre a “proteção ambiental” e, principalmente, sobre a “preservação da Amazônia”. Respondem às pressões das potências imperialistas.

Ao se tratar da questão da terra e do movimento camponês, porém, todas as frações do agro estão unidas. Lula montou seu governo de maneira a expressar essas forças, suas divisões e o seu interesse gerais de classe exploradora. Entregou o ministério da Agricultura a um representante da agropecuária, Carlos Fávaro, e o ministério do Desenvolvimento Agrário a um politiquês e burocrata do PT, Paulo Teixeira.

Em sua reforma ministerial, Lula e seus assessores pensaram precisamente em combinar um paralelo de força entre os grandes capitalistas do agro e os pequenos e médios produtores. Uma espécie de criação reformista de “nem tanto à terra, nem tanto ao céu”. Sabemos que, no final das contas, quem decide é o céu.

O velho sonho reformista da reforma agrária, por depender dos capitalistas, fracassou no passado, quando o nacionalismo chegou a ter importante expressão política e se achava montado no processo ascendente da industrialização, ainda que condicionada pelos interesses do imperialismo. A bandeira de reforma agrária chegou aos nossos dias como uma caricatura. Resume-se a pleitear limitados assentamentos, de forma a estabelecer a coexistência e convivência pacífica entre a agricultura das grandes e gigantescas propriedades com a agricultura camponesas de micro, pequenos e médios proprietários.

A tendência predominante e poderosa é a da expansão latifundiária, da grande produção e do agronegócio. Ao invés dos camponeses, pequenos e médios proprietários, se afirmarem em suas terras, se veem ameaçados pela voracidade da grande produção. Já não se fala em latifúndio improdutivo. Se fala dos

males do desmatamento de grandes áreas da Amazônia e do cerrado para servir à potenciação da agropecuária.

O movimento dos camponeses sem-terra voltado a ocupar os latifúndios improdutivos perdeu força e, sob a direção do MST, foi se adaptando à diretriz de proteção do Estado à pequena e média agricultura. As mudanças sofridas na política de ocupação de terra, diminuindo o seu ritmo e dedicando mais atenção à proteção do pequeno e médio produtor, resultaram dos impasses de um movimento dependente de políticas governamentais. Não por acaso, o MST permaneceu submerso no período do governo de Bolsonaro. Voltou a protagonizar ocupações sob o recém-eleito governo Lula, no Abril Vermelho,

“A tarefa de uma ampla e profunda reforma agrária, portanto, uma tarefa democrática pendente do capitalismo semicolonial, condicionado pelo desenvolvimento desigual e combinado, passou para as mãos de uma aliança operária e camponesa. As condições econômicas, sociais e históricas do Brasil estão maduras para uma revolução agrária, que será parte e subproduto da revolução proletária. Somente com o programa de expropriação dos grandes proprietários e da agroindústria, que resultará em nacionalização das terras, se poderá libertar as massas camponesas da velha opressão da oligarquia fundiária e abrir caminho para a superação da pobreza, miséria e fome.”

mas apenas para pressionar por mudanças no Incra e pedir a retomada de medidas dirigida a novos assentamentos.

Não passa de embuste político a esperança de que com o fim do governo de ultradireita a “reforma agrária” voltará a ter importância social. O governo Lula está em boa medida na dependência da fração capitalista agrária, que ampliou seu espaço no Congresso Nacional e se projetou na política de Estado. Os petistas que retomaram seus postos no Executivo não podem e não poderão se apoiar nas necessidades das massas camponesas.

Lula instruiu o ministro dos latifundiários e o dos pequenos e médios produtores a acertarem com a Frente Parlamentar da Agricultura (FPA), que é controlada pela direita e ultradireita, o montante do Plano Safra de 2023/2024 de R\$ 364,2 bilhões. O aumento de 27% em comparação com o Plano anterior foi avaliado pelos agropecuaristas como positivo, apesar de terem alguma reserva quanto aos condicionantes de proteção ambiental. Os subsídios são consideráveis, acabarão sendo agregados à dívida pública, cuja sobrecarga resulta em bloqueio ao desenvolvimento geral das forças produtivas e em imposição de contrarreformas antipopulares.

O pomo da discórdia foi posto na mesa pela FPA quanto à diferenciação estabelecida entre o Plano Safra empresarial e o da agricultura familiar. A crítica dos latifundiários é que “a agropecuária nacional é uma só, apesar de estar separada em duas estruturas de governo”. No fundo, os agropecuaristas não admitem que o governo tenha uma atenção diferenciada com a agricultura familiar, que tem sido um pleito sistemático do MST. Em resposta, o ministro Paulo Teixeira, disse que “tem enorme sintonia com a FPA, de que a agropecuária é uma só.” Lula procurou tranquilizar os inimigos do MST com a explicação de que não há motivo para a ocupação de terra, isso porque

afinal ainda há espaço para promover novos assentamentos. Ao lançar o Plano Safra da Agricultura Familiar, ao lado de Lula, Paulo Teixeira declarou que irá verificar as terras passíveis de “reforma agrária”, para assim “diminuir conflitos”.

O problema do Plano Safra está em que a diferenciação resulta em cifras, ou seja, quanto de subsídios receberão os grandes e quanto os pequeninos. Qualquer favorecimento nesse critério do Plano Safra à agricultura familiar virá em detrimento dos poderosos latifundiários e agropecuaristas. Essa diferença que foi considerada ideológica pela FPA não terá transcendência, uma vez que o montante de subsídios ao grande capital agroindustrial é reconhecido como uma contribuição de Lula aos interesses da oligarquia agropecuarista.

Do ponto de vista dos interesses dos explorados, os subsídios aos capitalistas recairão na forma de mais concentração de riqueza em poder da minoria exploradora e de mais vastidão da pobreza e miséria para a maioria oprimida. Os pequenos produtores – a “economia familiar” – continuarão mergulhados nas dificuldades de sobrevivência, servindo à voracidade do grande capital.

Nota-se que o sonho dos dirigentes do MST e das várias linhagens do reformismo pequeno-burguês de ampliar a capacidade da pequena produção em detrimento dos latifundiários, nos marcos do capitalismo em decomposição, é utópica, conservadora e reacionária. As massas camponesas continuam pobres e miseráveis, apesar de haver diferenciações internas.

A tarefa de uma ampla e profunda reforma agrária, portanto, uma tarefa democrática pendente do capitalismo semicolonial, condicionado pelo desenvolvimento desigual e combinado, passou para as mãos de uma aliança operária e camponesa. As condições econômicas, sociais e históricas do Brasil estão maduras para uma revolução agrária, que será parte e subproduto da revolução proletária. Somente com o programa de expropriação dos grandes proprietários e da agroindústria, que resultará em nacionalização das terras, se poderá libertar as massas camponesas da velha opressão da oligarquia fundiária e abrir caminho para a superação da pobreza, miséria e fome.

Capitalismo em decomposição Miséria e fome no Brasil

A mais recente pesquisa sobre a “insegurança alimentar” e a fome que atinge milhões de famílias brasileiras, realizada pela Rede PENSSAN (Rede Nacional de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional), constatou um enorme crescimento da fome em 2022, período da pandemia. Afirma que nesse ano o “país regrediu para um patamar equivalente ao da década de 1990”. O que pressupõe que se chegou a uma diminuição ou amenização do quadro famélico e que recentemente ocorreu tamanho retrocesso.

Em parte, a pesquisa atribui aos impactos da pandemia. Mas, refere-se também às mudanças para pior na “política pública”, cuja responsabilidade recai sobre o governo de Bolsonaro. Caracteriza o momento de “desmonte de políticas públicas”, o que se traduziu em “acirramento das desigualdades sociais”, nas condições de “piora no cenário econômico”.

Em tom de denúncia, na apresentação e exposição da pesquisa, se diz que “já não fazem mais parte da realidade brasileira aquelas políticas públicas de combate à pobreza e à miséria que, entre 2004 e 2013, reduziram a fome a apenas 4,2% dos lares brasileiros”. Esse período corresponde aos governos de Lula e Dilma Rousseff.

Em 2022, a pesquisa apurou que 4 em cada 10 domicílios consegue manter acesso pleno à alimentação”. Ou seja, 6 de cada 10 domicílio se encontram entre a fome relativa e a fome absoluta, que caracteriza o critério de “insegurança alimentar”

estipulado pela ONU. Outros aspectos levantados dizem respeito às desigualdades de região, de raça e de “gênero”. O Norte e o Nordeste concentram a maior proporção de quase famintos e de famintos. Aqui se pode incluir a constatação Rede PENSSAN de que os trabalhadores do campo são mais castigados pela fome que os urbanos.

Com o título “A fome tem cor”, o inquérito conclui que a insegurança alimentar se manifesta na maioria dos “lares comandados por pessoas pretas ou pardas”, em comparação com os de pessoas que se autodeclararam brancas. No caso da desigualdade de “gênero”, se constata que “as diferenças são expressivas na comparação entre lares chefiados por homens e os lares chefiados por mulheres”. No âmbito da família, se incluem as crianças. Eis o que diz a pesquisa: “Em pouco mais de um ano, a fome dobrou nas famílias com crianças menores de 10 anos.”

Esse quadro escabroso vem acompanhado de algumas considerações: 1) “A fome quase desaparece nos lares com renda superior a um salário mínimo”. Com a volta da inflação, no entanto, a situação mudou para pior em 2022; 2) “A fome é maior nos domicílios em que a pessoa responsável trabalha na agricultura familiar (22,4%) ou tem emprego informal (21,1%)”; 3) “Há fome em 22,3% dos domicílios com responsáveis com baixa escolaridade – 4 anos ou menos de estudo”. Dispensamos outras considerações, como “falta de acesso à água”; “vergonha



de sentir fome” e “fome para quem tem dívida”. A pesquisa é bem ampla.

Vejamos alguns números: 1) 33,1 milhões de pessoas não têm o que comer; 2) o número de famintos cresceu 14 milhões em apenas em um ano; 3) 58,7% da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau; 4) 125,2 milhões de brasileiros passaram algum grau de insegurança alimentar; 5) 25,7% das famílias na região Norte e 21% no Nordeste foram atingidas pela fome, sendo que a média nacional é de 15% e na região Sul, de 10%; 6) 60% dos domicílios nas áreas rurais passaram por insegurança alimentar, sendo que 18,6% das famílias convivem com insegurança alimentar grave; 7) 21,8% dos lares de agricultores familiares e pequenos produtores foram castigados pela fome; 8) 65% dos lares compostos por pessoas pretas conviveram com a falta de alimento; 9) de 11,2% a fome passou para 19,3% dos lares chefiado pela mulher; 10) de 9,4% a fome saltou para 18,1% dos lares com crianças menores de 10 anos; 11) em 22,3% dos domicílios com responsáveis de baixa escolaridade a fome esteve presente.

A pesquisa reconhece que o salário mínimo defasado, o alto desemprego e a queda de renda da população são fatores que explicam o aumento da “insegurança alimentar” em distintos graus e a fome propriamente dita. Mas, enfatiza a insuficiência das políticas públicas aplicadas em 2022. O valor demonstrativo dessa tragédia humana – os miseráveis têm de recorrer aos lixos para encontrar algum resto de alimentos – está em que evidencia o não só o caráter estrutural da fome, mas também a sua vastidão.

As experiências com as políticas públicas - denominadas de “inclusivas” e qualificadas de “ações afirmativas” -, que podem ser encontradas e comparadas sob os governos Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff (PT), Michel Temer (MDB) e Jair Messias Bolsonaro (PSL/PL), a exemplo do Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Bolsa Família, Auxílio Brasil etc., atestam que não podem responder às causas estruturais da fome de milhões de famílias de trabalhadores brasileiros. Em determinadas condições econômicas, aumenta exponencialmente a “insegurança alimentar”, em outras retrai, podendo ser mais ou menos sensível, como se observa no período de crescimento da economia que abrangeu os dois mandatos de Lula, e não tanto sensível no de Dilma Rousseff quando a crise econômica voltou a se manifestar.

Os recursos despendidos para amenizar a fome e ocultar seu caráter estrutural dependem do quanto o Tesouro Nacional pode despende sem prejudicar os interesses do capital financeiro e das demais fração da burguesia monopolista. A gigantesca dívida pública pesa mais nas condições em que decaí o crescimento econômico e cresce o déficit fiscal. O que incide terminantemente nas “políticas públicas”, nas “ações afirmativas e, assim, na “inclusão social”. Como se vê, a maior ou menor disponibilidade de gasto com os emplastos aplicados na ampla gangrena social depende não do tamanho da chaga, mas sim do volume de recursos que o Estado tem de canalizar para atender aos interesses dos poderosos grupos econômicos. A fatia do orçamento destinada às “ações afirmativas” em qualquer circunstância está muito a quem da despendida apenas para pagar os juros da dívida pública. Se se considerar os subsídios destinados aos grandes capitalistas, as “ações afirmativas” ficam ainda menores e deixam transparecer como uma esmola distribuída aos milhões de trabalhadores que não

têm como comprar o mínimo do mínimo para sobreviver.

Analisando por esse lado a questão da “insegurança alimentar” no Brasil, se pode afirmar que o parasitismo financeiro e a alta concentração de riqueza nas mãos da minoria de proprietários dos meios de produção condicionam o caráter estrutural da miséria e da fome. Mas, não seria completa tal afirmação se não se demonstrar o tamanho do lugar ocupado nesse emaranhado de contradição pelo capital imperialista. Há uma relação direta entre o atraso do desenvolvimento nacional das forças produtivas com o controle monopolista dos ramos chaves da produção que estão em poder das multinacionais e com o estratosférico parasitismo financeiro.

Nenhum governo burguês tem força política para romper a camisa de força da dívida pública que corresponde a 73,6% do PIB e para contrariar os interesses dos grandes proprietários e dos monopólios imperialistas, de maneira a enfrentar e resolver a barbárie social que se manifesta na gigantesca montanha de miséria e fome. O ciclo de baixo crescimento aberto em 2008, tendente à estagnação, varreu a “inclusão social” de Lula dos anos 2003 a 2010, bem como jogou por terra a tese reformista a “inclusão social” dos miseráveis e famintos.

A pesquisa da Rede PENSSAN aponta para uma nova política de ações afirmativas no governo Lula capaz de equacionar os fatores que elevaram a fome estrutural em um patamar tão elevado comparável à década de 1990. O que somente seria possível no caso de a economia se erguer por um par de anos, o desemprego cair sensivelmente e o maior volume de riqueza criado pelas massas trabalhadoras contrabalançar o peso da dívida pública e alcançar um bom superávit primário. Mesmo assim, seria provisório, como o foi nos dois mandatos anteriores de Lula. Essa hipótese é a menos provável. A tendência é de persistir e fortalecer as tendências à estagnação, recessão e retrocesso relativo das forças produtivas.

O Brasil passa por um salto na produção e exportação de commodities (agropecuária e matéria prima) e por um recuo da indústria. O desemprego – com inúmeros fechamentos de fábricas – e o rebaixamento do valor da força de trabalho no setor industrial evidenciam as profundas contradições da economia semicolonial do País. Lula já no pôde se dar ao luxo de repor as perdas inflacionárias do valor do Bolsa Família herdado do governo Bolsonaro e teve de conter qualquer desejo de caudilho populista em retomar a intenção de dobrar o valor do salário mínimo como prometeu em tempos pretéritos. Não teve capacidade de encerrar os violentos impactos causados pelas contrarreformas trabalhista e previdenciária, bem como a maldita lei da terceirização. Manteve os olhos vendados diante o rol de fábricas fechadas. Colocou-se pela proteção dos latifundiários e do agronegócio, quando a fome entre os camponeses tem sido cruel. Montou um “Arcabouço Fiscal” para atender o máximo possível aos interesses dos banqueiros e credores da dívida pública. Dobrou-se diante das pressões dos capitalistas para aprovar o “Marco Temporal”, contraposto à luta dos indígenas pela posse da terra.

As massas oprimidas passaram pelo horror da pandemia que deixou cerca de 700 mortos, milhões de desempregados, de subempregados e de famintos. Não houve da parte do governo e da frente ampla nenhuma ação verdadeiramente voltada a superar a catástrofe social e a reduzir drasticamente a miséria que campeia solta em todo o território nacional. Os números da “insegurança alimentar” em um dos países do mundo mais dotado de uma economia agrária avançada, assentado em um

vasto território e privilegiado pela natureza evidenciam que o agravamento da miséria e fome estruturais são sintomas do capitalismo em decomposição.

As forças produtivas internas, das quais faz parte a imensa força de trabalho dos brasileiros, está em contradição e choque com as relações de produção capitalista mundiais. O desemprego, o subemprego, a miséria e a fome de milhões refletem a mutilação e desperdício de força de trabalho. O palavreado sobre a educação, capacitação técnica e adaptação às novas tecnologias se espatifa diante da incapacidade histórica a burguesia de combater e superar o caráter estrutural da miséria por meio do amplo e prolongado desenvolvimento das forças produtivas.

A fantasia ideológica das virtuosas “ações afirmativas” e da “inclusão social” serviu às falsificações do reformismo petista e da burocracia sindical sobre a possibilidade de “tirar o Brasil do mapa da fome.” Voltou ao mapa do inferno social suportado pelas massas famintas, não simplesmente porque Bolsonaro não promoveu o desmonte das políticas públicas e não aplicou exemplarmente as “ações afirmativas”, mas porque a economia afundou sob os golpes da desintegração mundial do capitalismo.

O Brasil não tem sido uma exceção quanto à marcha da barbárie. A miséria e a fome, que também são mundialmente estruturais, variando em grau e intensidade, tanto nos países imperialistas quanto nos semicoloniais, foram impulsionadas pelas mesmas leis econômicas do capitalismo em decomposição. As particularidades nacionais do Brasil indicam o quanto a burguesia brasileira desperdiça enormes quantidades de força de trabalho, potencialidade industrial já instalada e possibilidades territoriais. As contrarreformas de Temer e Bolsonaro estão de acordo com as necessidades dos monopólios, e em completo desacordo com as necessidades das forças produtivas que se decompõem com o fechamento de milhares de fábricas, a marginalização de milhares de operários qualificados, as demissões em maior número que as contratações, as perdas salariais e a destruição de antigos direitos elementares. São resultados visíveis de destruição de parte das forças produtivas e da escalada da miséria. Aí está a prova de que as forças produtivas, que são de ordem mundial,

ao invés de se desenvolver, regridem. Não se pode equacionar a miséria e a fome acima ou à margem dessa realidade. Equacioná-la para enfrentá-la, implica uma análise e resposta de classe. Somente o proletariado poderá cumprir essa tarefa.

A burguesia e seus agentes, como a Rede PENSSAN, se veem obrigados a expor os números da barbárie social, mas para ocultar seu caráter de classe. A pesquisa evidenciou a terrível situação de vida das massas, mas para armar a impostura das ações afirmativas e da procura dos supostos valores dos “direitos humanos”. Tomamos esses mesmos números, que estão à superfície do dia a dia existencial da maioria oprimida, sem que os exploradores possam esconder, para organizar a luta pela revolução social.

O programa que tem por conteúdo e objetivo histórico a expropriação da burguesia e transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social é o único remédio para acabar com a enfermidade da miséria e da fome. E, com essa transformação, solucionar a opressão sobre a mulher e os negros, que, como vimos, padecem de todo tipo de discriminação. Certamente, os explorados terão de percorrer um longo e penoso curso de combate ao capitalismo. Necessariamente, vão construir seu partido revolucionário, que como direção da luta de classe dos oprimidos, terá de ajudá-los a superar no dia a dia o seu atraso político e a sua dependência ideológica das forças burguesas. Os reformistas do PT, a burocracia sindical e os aliados pró-capitalistas terão de ser derrotados por meio da luta de classes. As massas descobrirão, cedo ou tarde, que foram enganadas com as migalhas despejadas pelas tais “ações afirmativas”.

Essa previsão é possível de ser alcançada se a vanguarda com consciência de classe encarnar o programa que vincula as reivindicações mais elementares - como redução da jornada sem reduzir os salários, reajuste automático de acordo com a inflação, salário mínimo vital, revogação das contrarreformas, fim da terceirização, estatização sem indenização das fábricas fechadas e controle operário da produção etc. - com a expropriação da burguesia e a constituição do poder proletário, regido por um governo de aliança operária e camponesa. Não há outro programa, outra via e outro método para combater a miséria e a fome estruturais do capitalismo em decomposição e da marcha avançada da barbárie social.

Recuperar o terreno perdido pela classe operária diante da brutal ofensiva da burguesia

Há algum tempo, o movimento sindical vem sofrendo com a queda do número de sindicalizados. Esse fato não é particular do Brasil. A tendência de redução de trabalhadores sindicalizados vem se manifestando há décadas em todos os países. A OCDE, organismo do imperialismo, divulgou uma pesquisa envolvendo os 36 países que a compõem, no período de 1975 a 2018. Afirma que a taxa de sindicalização passou de 33% para 16%. Entre as razões da chamada “queda de densidade sindical” aponta: 1) a desindustrialização; 2) o “encolhimento” do setor manufatureiro; 3) a ampliação de formas flexíveis de contratos trabalhistas; 4) a diminuição dos empregos no setor público, entre outras. Segundo a pesquisa, os jovens que vão para o mercado de trabalho não se colocam pela sindicalização. Diz que, dos países pesquisados, apenas 7% dos jovens são sindicalizados.

É fato que vem se intensificando o processo de desindus-

trialização, no Brasil, embora com particularidades distintas do que se passa nas potências que exportam suas indústrias para países e regiões em que os capitalistas contam com um valor da força de trabalho bem menor e subsídios estatais. Ao mesmo tempo, tem crescido os setores de serviços, onde o número de sindicalizados historicamente sempre foi menor, e onde prevalece o trabalho mais precarizado.

No Brasil, estão na base da redução da sindicalização o crescimento da terceirização, dos contratos temporários/intermitentes, das plataformas e aplicativos, do home office etc., formas onde prevalecem o emprego de curta duração. Boa parte dos servidores públicos era sindicalizada, contava com a estabilidade, no entanto, a privatização ganhou terreno e os servidores foram substituídos pelas diversas modalidades de contratos, como a terceirização, temporário e educação pelo sistema de EaD.

O afastamento dos trabalhadores dos sindicatos, na realidade, não pode ser explicada apenas pelas condições impostas pelos capitalistas, governantes e mudanças nos processos produtivos, a denominada “reestruturação produtiva”. As razões objetivas e pró-capitalistas se entrelaçam com as de natureza subjetiva, que dizem respeito à política das direções sindicais. As condições de precarização, na realidade, exigem maior sindicalização, e não o contrário, como se passa. Em quaisquer circunstâncias de exploração do trabalho, os explorados só podem contar com os sindicatos para se defender nos marcos do capitalismo. A despolitização das massas trabalhadoras e a atomização da força de trabalho é expressão da política da burocracia sindical que se adaptou profundamente ao capitalismo em decomposição.

O capitalismo vive sua fase de destruição de forças produtivas e de elevação da concentração monopolista da produção. A desindustrialização - materializada pelo fechamento de fábricas em determinados ramos produtivos, a demissão de milhões de trabalhadores, o crescimento do exército de desempregados etc. - tem sido uma das causas fundamentais do esvaziamento dos sindicatos. Isso por que os sindicatos foram organismos criados pelos trabalhadores e serviam de instrumentos de proteção da força de trabalho diante da exploração capitalista. No entanto, esse caráter de luta foi perdendo terreno, diante da política das direções sindicais, que é de franca oposição à luta de classes e de servilismo ao Estado. O patronato e seus governantes, para descarregar a crise econômica sobre a maioria explorada, já não enfrentaram a resistência dos trabalhadores, organizados pelos sindicatos.

Os explorados, por sua vez, foram desacreditando em seus instrumentos de luta, confundindo os sindicatos com as suas direções. O trabalhadores mais velhos que guardavam a tradição de sindicalização se aposentaram e o trabalhador-jovem, em boa parte, chegou ao mercado de trabalho impregnado da ideologia burguesa da concorrência, da meritocracia, da remuneração determinada por incentivos individuais e dos diversos prejuízos de uma educação totalmente divorciada da produção social.

Para enfrentar tamanha campanha ideológica, era necessário que os sindicatos estivessem sob o comando de direções classistas e revolucionárias. Mas o inverso é o que se passou e se passa. Cada vez mais, os sindicatos estão sendo controlados por direções que rechaçam as posições socialistas, eliminam a democracia operária, perseguem os opositores e iludem os ex-

plorados de que é possível harmonizar o capital e o trabalho. Trata-se de uma burocracia que deixou para trás as reivindicações vitais, de emprego, salário e direitos, e passou a defender os pleitos dos capitalistas, a exemplo da redução dos juros, de aumento dos subsídios às multinacionais etc. A casta burocrática assumiu para si a flexibilização capitalista do trabalho, como se fosse um meio de defesa dos empregos (layoff, banco de horas, PDV, PLR etc.). A prevalência das políticas corporativas, as divisões dos organismos sindicais, a aceitação da lei antigreve que pune os lutadores e criminaliza os sindicatos, os acordos de demissão e naturalização diante de contrarreforma como a trabalhista e previdência são fatos que contribuem para afastar os trabalhadores de seus sindicatos. No momento em que essa conduta burocrática vem à tona, uma parcela despolitizada não vê sentido em se sindicalizar e atuar para derrotar a burocracia sindical.

A queda só não é ainda mais drástica porque boa parte dos sindicatos se transformou em agências de prestação de serviços, que vão desde as colônias de férias até os convênios médicos. A substituição da função do sindicato de lutar em defesa de um programa próprio por assistencialismo expressa a penetração da política do Estado burguês no interior das organizações sindicais.

A luta para recuperar os sindicatos do controle das camarilhas burocráticas pró-patronais é uma tarefa fundamental para a vanguarda com consciência de classe. Tarefa essa que depende a penetração das ideias revolucionárias no seio da classe operária e dos demais trabalhadores. O que implica o trabalho sistemático do Partido Operário Revolucionário nos diferentes locais de trabalho, em particular junto ao proletariado fabril. A desorganização e a despolitização da classe operária agem como um bloqueio aos instintos de revolta do proletariado, mas não os eliminam. A necessidade de união para se defender contra os ataques sistemáticos da classe capitalista leva os explorados a abraçar as reivindicações mais sentidas, reagir à política de colaboração das direções e passar por cima dos aparatos burocráticos. Eis por que a defesa das reivindicações mais elementares devem ser realizada sistematicamente pela vanguarda com consciência de classe, de forma a impulsionar a luta de classes no sentido da estratégia revolucionária do proletariado, que é a derrubada da burguesia do poder e transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Assim, os sindicatos podem ser recuperados como instrumentos auxiliares da revolução proletária.



R\$ 15

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS

LANÇAMENTO LIVRO

Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.



Marxismo

Teoria e Programa

Nova
Coleção
Editorial

Março / Maio de 1871

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.
 nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020





Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XIX - Julho de 2023

(11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | www.pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas

Boletim Nossa Classe - julho

POLÍTICA OPERÁRIA

A classe operária deve combater a pobreza, a miséria e a fome

Os explorados padecem da mais dura violência do capitalismo, que é a fome. A classe operária, os camponeses e demais trabalhadores produzem as riquezas que ficam em poder da minoria capitalista. Essa minoria é proprietária dos meios de produção, mas quem produz são os assalariados e os camponeses. Os assalariados vendem a sua força de trabalho por um salário baixo. Milhões recebem de 1 a menos de 1 salário mínimo. Os camponeses pobres são aqueles que vivem da produção familiar, ou são pequenos proprietários. E em pior situação estão os sem-terra. Esse conjunto de trabalhadores forma a maioria nacional oprimida. Entre essa maioria existem milhões de famílias que passam necessidades e convivem diariamente com a fome. Uma recente pesquisa constatou que 33,1 milhões de pessoas não têm o que comer.

Os capitalistas não podem acabar com a pobreza e a miséria, porque dependem da exploração dos trabalhadores para lucrar e concentrar riquezas. Os governantes também não podem resolver esse grande problema social, porque dependem dos capitalistas para se manter no poder. Somente a classe operária e os demais oprimidos podem lutar contra essa chaga do

capitalismo. Mas, para isso, têm de se unir em defesa de um programa próprio de reivindicações e arrancar os sindicatos das mãos da direção vendida ao patronato.

A luta da classe operária contra a pobreza, miséria e fome está diretamente ligada à defesa dos empregos, da estabilidade, do fim da terceirização, da redução da jornada de trabalho sem reduzir os salários, do salário mínimo vital, do fim dos layoffs, PDVs e outras medidas patronais. É parte dessa luta a defesa da revogação da reforma trabalhista e previdenciária, de Temer e Bolsonaro.

O Boletim Nossa Classe luta pelo fim da miséria e a fome. Luta por um programa de reivindicações que protege os trabalhadores da brutal exploração do trabalho e das crises do capitalismo. Luta para que a classe operária recupere seus sindicatos para combater a fome. E luta para que os explorados compreendam a necessidade de acabar com o capitalismo e construir a sociedade socialista, sem a exploração do homem pelo homem.

Que os sindicatos e centrais rompam com a política governo burguês

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC realizou, em 16 de junho, uma marcha que saiu da sede até o centro de São Bernardo, em protesto contra a taxa de juros, atualmente de 13,75%. O seu presidente, Moisés Selerges, declarou durante a manifestação "este é um recado aqui do ABC, não duvide de nossa capacidade, temos sangue de luta nas nossas veias". Tudo conversa fiada! O acordo negociado no final do ano passado, pelo Moisés Selerges, permitiu que a Mercedes terceirizasse e demitisse 3600 trabalhadores. Essa é a verdade que comprova que esses pelegos não têm nada de sangue de luta nas veias. Esses traidores abandonaram há muito tempo a luta em defesa dos empregos, salários e direitos.

A CUT, a Força Sindical e demais centrais ajudaram a eleger o governo burguês de Lula/Alckmin. Agora, querem que os

operários deixem de lutar por suas reivindicações e apoiem as propostas patronais, como a redução da taxa de juros, ICMS e IPI. Qualquer trabalhador sabe que, no chão de fábrica, conversando com os companheiros, a maior reclamação são os baixos salários e a terceirização, que reduz os salários e retira direitos.

O Boletim Nossa Classe denuncia a farsa da direção que serve para defender os interesses da FIESP, abandona as reivindicações dos operários e faz acordos de demissão com as multinacionais. A direção conciliadora, assim, ajuda os capitalistas a manterem milhões na miséria e mergulhados na fome. O Boletim Nossa Classe chama os companheiros a construir uma oposição classista e combativa para expulsar dos sindicatos os vendilhões.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.

**R\$ 35****ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Lutar por emprego a todos e um salário mínimo vital

Se o Sindicato dos Metalúrgicos, Químicos, Borracheiros, Transportes e demais setores de trabalhadores do país fizessem assembleias democráticas em todas as fábricas. E se perguntassem qual é a principal reivindicação dos trabalhadores, seguramente os operários iriam responder que é receber um salário que seja suficiente para manter suas famílias. Os operários diriam aos dirigentes, que é impossível viver com o salário mínimo miserável de R\$ 1320,00, aprovado pelo governo burguês de Lula e pela oposição reacionária bolsonarista. Se os sindicatos perguntassem aos trabalhadores por quais reivindicações deveríamos lutar, nenhum operário iria responder pela redução da taxa de juros, ou pela redução de ICMS, ou IPI para os carros. Mas iriam responder que seus salários estão baixos e que correm o risco diário de demissão.

As montadoras se beneficiam com a ajuda do governo, e continuam demitindo e colocando os trabalhadores em layoff, banco de horas, férias coletivas. O que tem como consequência a perda de direitos. Se perguntado, os operários responderiam

Mais um operário é vítima da exploração de empresas terceirizadas

No dia 22 de junho, uma explosão dentro da Braskem, de Santo André, matou o operário caldeireiro Marcos Antônio da Conceição e deixou feridos o soldador Edson Manoel Santos Mascarenhas e o caldeireiro Welquer Barbosa de Jesus.

Todos os operários eram da Tenenge, antiga Odebrecht (hoje faz parte do grupo Novonor). Trabalhavam na empresa terceirizada prestadora de serviços para a Braskem. Diante da notícia, as direções dos sindicatos dos químicos, metalúrgicos ABC e Construmob lamentaram a morte e os ferimentos, mas somente em palavras, porque não convocaram assembleias para organizar a luta contra a terceirização.

A vida dos operários dentro do polo petroquímico é breve, os produtos químicos altamente venenosos se alojam nos pulmões e vão matando lentamente. Mas além destes, temos as leis capitalistas que sufocam dia a dia milhões de trabalhadores. Foi o que se passou na Braskem, com os operários contratados indiretamente pela empresa terceirizada Tenenge.

A luta para pôr abaixo a Lei da terceirização é urgente. Essa

Contra as demissões, a terceirização e os layoff: aprovar a greve! Ocupar as fábricas!

A Mercedes-Benz informou ao sindicato que pretende terceirizar, até dezembro de 2024, 500 postos de trabalho da área de distribuição de peças de reposição e manufatura, da unidade de Campinas. A terceirização significa a demissão para os trabalhadores efetivos e baixos salários para os terceirizados.

A Volks anunciou que vai parar a produção nas suas três fábricas de automóveis. A justificativa é de que caíram as vendas. Em São José dos Pinhais, colocou um turno em layoff. Em Taubaté, impôs o banco de horas. Em São Bernardo, decretou férias coletivas de dez dias para dois turnos de produção.

A General Motors, de São José dos Campos, pretende suspender o contrato de 1200 operários durante 10 meses, e colocá-los em layoff, a partir de julho. Na Firestone de Santo André, o sindicato negociou um acordo que permite a empresa

para os sindicatos, que é necessário lutar para aumentar os salários e direitos, que é necessário lutar por um piso salarial, que seja suficiente para manter suas famílias. Segundo estudo do Dieese, o salário mínimo para manter uma família de quatro pessoas deve ser de no mínimo, R\$ 6.500.

O Boletim Nossa Classe defende que os sindicatos convoquem as assembleias em todos os ramos de produção, para aprovar um Dia Nacional de Luta, com paralisação da produção, manifestações e bloqueios. Esse dia de paralisação seria um passo para preparar a greve geral, para impor aos patrões e ao governo a redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, colocar fim ao desemprego, dividindo as horas necessárias para produzir nacionalmente entre todos os trabalhadores aptos ao trabalho. Por um salário mínimo vital, que seja suficiente para manter os trabalhadores e suas famílias. Colocar abaixo a reforma trabalhista, previdenciária e a lei da terceirização. Fim da terceirização e efetivação de todos os terceirizados.

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$ 35

**SOCIALISMO
OU BARBARIE**

A Revolução
Proletária na
época do capitalismo
em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



modalidade de contrato precário vem se alastrando, porque é uma forma das grandes empresas se livrarem dos contratos diretos. O governo Lula já disse que não revogará a Lei da Terceirização, nem as contrarreformas trabalhista e previdenciária de Temer e Bolsonaro. Os dirigentes dos sindicatos, mesmo diante da morte de operários e da enorme superexploração das terceirizadas, continuam de braços dados com o governo Lula e de costas para os trabalhadores.

O Boletim Nossa Classe defende que é hora de dar um basta a essas direções pró-patronais e se colocar pela constituição das oposições classistas e de luta. Somente uma direção comprometida com o programa próprio da classe operária pode unir os operários em torno à bandeira de fim da terceirização e proteção da vida dos trabalhadores.

eliminar 490 postos de trabalho, através do PDI – Programa de Demissão Incentivada. A empresa oferece alguns salários como indenização e depois faz todo tipo de pressão para atingir sua meta de demissão. Se não atingir a meta, ela indica os que serão demitidos.

O Boletim Nossa Classe luta para que os trabalhadores rejeitem qualquer acordo apresentado pelo sindicato que inclua demissão, terceirização, redução de salários, corte de direitos e layoff. Devemos exigir que os sindicatos convoquem assembleias gerais e aprovem a greve, com ocupação das fábricas, para fazer uma luta nacional, pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários. Fim da terceirização e efetivação de todos os trabalhadores terceirizados.

Campanha em defesa da readmissão do operário da Volks José Parane, mais conhecido como “Zé galinha”

José Parane foi demitido por justa causa, logo após a eleição para a direção do Sindicato Metalúrgico do ABC. Está claro que se trata de uma perseguição política. O companheiro sempre fez críticas às medidas da Volks que prejudicavam os trabalhadores. Nunca escondeu suas divergências com a direção do sindicato, que faz acordos de layoff e PDV. Nunca escondeu sua raiva operária contra o avanço da terceirização, o rebaixamento salarial e as demissões.

Nas eleições para o Comitê Sindical de Empresa e para a direção do sindicato, Zé Galinha se colocou a favor de organizar a oposição chamada “Opção Democrática”. Foi justamente por

esse posicionamento classista, democrático e combativo que a direção da multinacional alemã o demitiu.

O fato da direção do Sindicato Metalúrgico do ABC não ter se colocado contra a violenta medida patronal contra José Parane é um grave erro. É preciso corrigir essa conduta antioperária, convocando imediatamente uma assembleia na Volks para aprovar a luta pela readmissão de José Parane. Que o sindicato organize uma campanha em todas as fábricas pela readmissão do companheiro. Que essa campanha chegue a todos os sindicatos para que fortaleçam a luta pelas liberdades sindicais e políticas.

Um ano e meio da guerra na Ucrânia

Pelo fim da guerra na Ucrânia. Por uma paz sem anexação e sem imposição dos Estados Unidos, dos aliados europeus e do braço armado da OTAN. Somente a classe operária unida e em luta pode acabar com a guerra de dominação e derrotar a ofensiva imperialista e a sua escalada militar.

LANÇAMENTO!

GUERRA NA UCRÂNIA

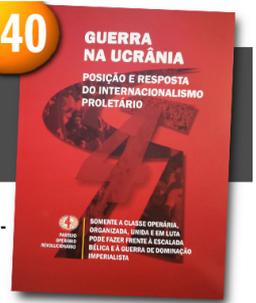
Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40

GUERRA NA UCRÂNIA
POSICIÓN E RESPUESTA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

São Paulo

Manifestação em apoio a luta dos explorados em Jujuy, Argentina

Aconteceu no dia 27 uma manifestação em frente ao Consulado da Argentina, na Av. Paulista, em apoio à luta dos trabalhadores na Argentina. O POR convocou e participou desse ato, apresentando um manifesto próprio, um manifesto do POR da Argentina e uma intervenção oral que transcrevemos abaixo.

A manifestação foi pequena, contando apenas com uma parcela da vanguarda. Mas expressou o apoio e a solidariedade à luta dos trabalhadores e povos originários de Jujuy, no norte da Argentina. As manifestações, que se iniciaram por melhores condições de trabalho e salário, se estenderam para outras categorias. A aprovação de uma reforma constitucional, com apoio dos peronistas, mobilizou os indígenas para a luta. Assim, se conformou uma unidade de luta muito importante entre trabalhadores assalariados e povos originários, ambos atacados pela sanha do capital. O governo peronista de Fernandez, na esfera federal, segue atacando as massas em nome da defesa da burguesia nacional e imperialista. A inflação é insuportável. Essas condições gerais permitiram que as massas se mobilizassem e se utilizassem dos métodos próprios da classe operária, a ação coletiva.

A situação segue sem um desfecho. As burocracias sindicais continuam atreladas ao governismo, e se negam a colocar seus aparatos em nome da luta dos oprimidos. Assim como no

Brasil, mostra a profundidade da crise de direção revolucionária, que nos sindicatos implica a tarefa de formar as oposições classistas e revolucionárias para que as massas superem essas direções traidoras.

CONTINUA →



órgano del PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO de Argentina
Sección del Comité de Enlace por la Reconstrucción de la IV Internacional

NACIONALIZAR LA LUCHA DE JUJUY

PARO GENERAL
IMPONER A LA CGT Y LA CTA LA LUCHA
PARA TIRAR ABAJO LA REFORMA:

Por la defensa de las libertades democráticas
Contra el saqueo de los recursos naturales

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Intervenção do POR na manifestação

Bom dia, camaradas. Falo em nome do Partido Operário Revolucionário do Brasil e trago também a posição do Partido Operário Revolucionário da Argentina, o manifesto que estamos distribuindo tem a posição dos camaradas argentinos.

A situação na Argentina é muito grave. O governo Federal, de Fernandez, colocou o país de joelhos diante do imperialismo, através do FMI. O país está endividado, a inflação é galopante, os preços sobem a cada dia, e além disso temos agora essa situação na Província de Jujuy. É importante mostrar que essas manifestações se iniciaram por salários e pelas condições de trabalho, ou seja, contra a precarização das condições de trabalho, o que expressa as tendências mais profundas da decomposição capitalista e as tendências mais profundas da necessidade de luta dos trabalhadores em todo o mundo. A situação que acontece na Argentina não é muito diferente da que acontece no Brasil, o governo Lula/Alckmin, de frente ampla, não tem o FMI, diretamente, mas também está colocando o país de joelhos para o capital financeiro, através do Arcabouço Fiscal, os indígenas sofrem com o Marco Temporal e lá sofrem com a Reforma Constitucional. Precisamos perceber os vínculos que existem entre essas lutas.

Uma ideia importante que está colocada é de que existe uma união entre os governos de ultradireita, direita, centro e esquerda, ou centro-esquerda, em atacar as condições de vida dos trabalhadores, em despejar a crise capitalista sobre as costas dos oprimidos. Essa união é

muito concreta na Argentina, pois o governo peronista de Fernandes apoiou a Reforma Constitucional na Província de Jujuy. Aqui no Brasil, o governo Lula também tem se colocado por atacar as condições de vida dos trabalhadores, não só com o Arcabouço Fiscal, não só com o Marco Temporal, mas quando se expressa como continuidade do governo Temer e do governo Bolsonaro. O governo Lula é de continuidade, não é governo de ruptura, porque rompe na pauta moral, ideológica, porque essa é fácil de romper, mas na pauta econômica ele não rompe. Não se coloca por revogar nenhuma das reformas, que foram aprovadas nos governos Temer e Bolsonaro, então é preciso perceber que os governos, seja de esquerda ou direita, atacam os trabalhadores e por quê? Porque o conteúdo de classe desses governos é burguês, aí está a diferença. Nosso conteúdo de classe é proletário, por isso temos de rechaçar todas essas medidas.

Concluo, camaradas, dizendo que essa manifestação apesar de pequena tem uma importância muito grande e tem um duplo caráter: em primeiro lugar, rejeitar completamente a repressão estatal que está acontecendo sobre os trabalhadores e como originários na Província de Jujuy; e em segundo lugar, devemos assimilar as lições dessa luta, pois estão usando os métodos da luta de classe, os métodos de ação direta de massa, para poder colocar suas reivindicações sua luta. É nesse sentido que trazemos um manifesto que diz: a melhor forma de apoiar a luta em Jujuy é levantar o movimento aqui no Brasil, pelas reivindicações próprias da classe operária e dos demais trabalhadores.

Abaixo publicamos o Manifesto distribuído na manifestação.

O melhor apoio à luta dos trabalhadores e indígenas de Jujuy é organizar a luta no Brasil por um programa próprio dos explorados

Neste ato, divulgamos um Manifesto do Partido Operário Revolucionário da Argentina, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, CERQUI.

É muito importante que os trabalhadores brasileiros e a juventude oprimida saiam em apoio ao movimento em Jujuy, província da Argentina, que está expressando as tendências mais profundas de revolta da classe operária e dos demais explorados.

A Argentina atravessa um momento de crise econômica aguda que tem se convertido em escalada de desemprego, de miséria e fome. A decomposição do capitalismo no país vizinho é parte da crise estrutural mundial, que vem arrastando a América Latina para o precipício. O governo peronista de Alberto Fernández se mostra incapaz de enfrentar a opressão imperialista e se acha submetido aos setores oligárquicos da burguesia nacional. O governador da província de Jujuy, Gerardo Morales, que é da oposição direita, UCR, acabou contando com o apoio dos próprios peronistas da província para desfechar o ataque ao movimento dos professores e a mobilização geral de vários setores que reagiram a violência estatal.

O POR da Argentina vem fazendo uma campanha pela nacionalização da luta de Jujuy. A unidade operária com as camadas pobres da classe média e povos originários está colocada objetivamente pelas condições de crescente empobrecimento e miserabilidade que atingem a maioria da população. Esse é o caminho para a vitória do movimento multitudinário iniciado em Jujuy.

O POR do Brasil assume essa luta, que indica o caminho a seguir diante do governo burguês de Lula. Assim como o nacionalismo peronista na Argentina, o reformismo petista no Brasil já comprovou seu caráter burguês impotente e contrarrevolucionário. A direita e a ultradireita burguesas se valem dos

compromissos dos governos reformistas incapazes de realizar reformas de fato populares e impõem medidas violentas nos estados em que controlam, como é o caso de Morales em Jujuy e Tarcísio em São Paulo. Está claro que há uma unidade entre os governantes de direita, ultradireita e centro-esquerda de descarregarem a decomposição do capitalismo sobre a maioria explorada. Não há como lutar contra um sem lutar contra o outro. É o que vem sendo demonstrado na Argentina.

Viva a luta dos oprimidos na Argentina!

Todo apoio às suas reivindicações e ao método da ação direta!

Jujuy é o espelho em que todo o país deve se olhar. As políticas de Morales são as que a burguesia quer implementar. A resposta popular é o caminho, apelando para a ação direta das massas, a única via para derrotar a direita.

A luta dos professores de Jujuy combinou-se com a mobilização histórica de dezenas de comunidades dos povos originários e tornou-se uma rebelião popular. Foram mais de duas semanas de combates e bloqueios de estradas nos últimos dias.

Os trabalhadores da educação começaram com as reivindicações por salários e precarização do trabalho, e a eles se somaram outros setores do funcionalismo. O salário básico de um professor é de 35 mil pesos, e o bônus por assiduidade é um percentual significativo. A ameaça de descontar os dias de greve e o bônus massificou o protesto dos professores.

Esses enfrentamentos vêm depois das lutas dos professores e dos trabalhadores da saúde e do Estado da Província de Salta, sob o governo peronista, que mostraram que somente com luta as conquistas podem ser alcançadas, enfrentando leis repressivas e os miseráveis acordos feitos pela burocracia com o governo.

A situação econômica é insuportável, pois em todo o país, os preços dos produtos que são consumidos são impagáveis e não param de aumentar semana após semana.

Essa luta, tal como a enorme luta dos Elefantes em Neuquén, ou dos trabalhadores da saúde o ano passado na Capital, conquista a simpatia de grande parte da população. Ocupa o lugar que a CGT nacional e a CTA deveriam ocupar, mas estes são cúmplices das políticas de ajuste decorrentes do acordo com o FMI. As direções sindicais nacionais traidoras abandonaram os trabalhadores para servir diretamente ao governo e seus planos.

O levante de Jujuy se transformou em uma luta política ao enfrentar a forte repressão e a reforma da Constituição aprovada às pressas. Uma Constituição que praticamente proíbe protestos, que os pune duramente. Diante do recuo do governador, anulando dois artigos da Constituição referentes à exploração da terra, as comunidades responderam imediatamente exigindo a revogação completa de toda a reforma. A população perdeu o medo da repressão.

Os trabalhadores, as massas oprimidas, não se movem para a direita, muito pelo contrário. É a burguesia e seus governos que se

deslocam para a direita para servir aos planos de ajuste do FMI, ao saque de nossas riquezas e à superexploração dos trabalhadores.

O governador Morales expressa concretamente o modelo de ditadura civil a que a burguesia aspira e que vem construindo desde que assumiu o cargo. Começou ditando sua própria lei e se apossando da Justiça provincial, para coroar agora com a reforma constitucional, votada em conjunto com o peronismo provincial, pretendendo sancioná-la em 20 de junho.

Morales é uma expressão política dessa ditadura que opera para o saque do lítio, assim como para os interesses das usinas.

É necessário e urgente rodear a luta do povo de Jujuy com solidariedade nacional, com greves e mobilizações, tornando visível o que os meios de comunicação de massa escondem. Não apenas para parar a repressão brutal e impedi-los de enviar a polícia. Não só para pedir a liberdade e o julgamento de todos os presos. Mas, para rejeitar a reforma constitucional das multinacionais e dos poderosos grupos empresariais locais e para que a luta dos trabalhadores da educação e do Estado conquiste as suas reivindicações, que são as mesmas da maioria dos trabalhadores do país.

VIVA O HISTÓRICO JUJEÑAZO!

São Paulo

Plenária Nacional decide por nova manifestação contra o Arcabouço e Marco Temporal

No dia 27, aconteceu uma plenária nacional chamada pela CSP-Conlutas e diversas organizações para discutir e preparar a continuidade da luta contra o Arcabouço Fiscal de Lula e o Marco Temporal do Congresso Nacional. A atividade contou com aproximadamente 100 pessoas presencialmente, e 80 virtualmente.

Trata-se da segunda plenária, tendo a primeira preparado a manifestação que ocorreu na Av. Paulista no dia 13, onde levamos um manifesto direcionado à juventude e à maioria oprimida, que concluía da seguinte forma:

O Partido Operário Revolucionário (POR) participa neste Dia Nacional de Mobilização em defesa do programa próprio da classe operária e dos demais trabalhadores, da organização independente diante das forças burguesas, do combate ao golpismo da ultradireita e da organização de uma frente de oposição revolucionária ao governo burguês de Lula. Está colocado um chamado às centrais, sindicatos e movimentos que rompam com toda e qualquer política governista e que convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, em defesa do programa de reivindicações da maioria oprimida.

Por um Dia Nacional de Luta em defesa do programa de reivindicação da classe operária, dos camponeses e da juventude oprimida! Abaixo o arcabouço fiscal de Lula e o marco temporal do Congresso Nacional! Abaixo a CPI do MST! Por uma aliança operária e camponesa! Organizar a oposição revolucionária ao governo burguês de Lula!

Assim, o partido participou dessa plenária dando continuidade a essa linha política. Em nossa intervenção, expusemos a ideia de que, se queremos barrar essas medidas burguesas do governo Lula/Alckmin e do Congresso Nacional, temos de ter claro que não será apenas pela mobilização da vanguarda. É preciso colocar as massas em movimento. No entanto, a mobilização das massas está comprometida por dois fatores principais: as ilusões no novo governo, que falsificou a realidade nas eleições, de que os pobres teriam suas necessidades atendidas, e por outro lado, sofrem com a trava das burocracias sindicais, populares e estudantis, que servem de correia de transmissão das políticas do governo para o movimento operário, camponês e popular. São direções corrompidas, atreladas ao governo e à conciliação de classes. Assim, nossa tarefa é levantar as reivindicações que mobilizam os explorados e os colocam em movimento. Fizemos nesta plenária a defesa de fosse incor-

porado às reivindicações a luta pelos empregos e salários. Os empregos para responder ao alto grau de desemprego que permanece em 2023, à enorme informalidade, que afeta milhões e às terceirizações. Já a reivindicação dos salários responde ao rebaixamento geral do valor da força de trabalho, impulsionado pelas medidas dos governos anteriores e ao salário mínimo de fome do atual governo. Está colocada a bandeira do salário mínimo vital, necessário para uma família trabalhadora, com reajuste automático de acordo com a elevação do custo de vida. Fomos a única corrente a fazer a defesa dos salários e dos empregos.

A partir de nossa intervenção, que foi uma das primeiras, outras organizações levantaram pontos de reivindicação para serem incorporados. Um dos pontos muito repetidos por diversos militantes de partidos e sindicatos foi em relação ao problema da ultradireita e do bolsonarismo, apontando para a possível punição pelo STF nas próximas semanas.

Foi elaborada no final, pela Conlutas, uma lista com as reivindicações apresentadas e aprovadas em bloco, de conjunto, o que impossibilitou a discussão concreta sobre cada ponto.

O POR compreende que essa frente prática, de ação, e essa lista de reivindicações são o ponto de partida para que se levante um programa próprio dos explorados, mas entendemos que é preciso avançar no método de discussão, tendo por base a democracia operária, onde as divergências podem ser amplamente debatidas. Um ponto problemático nas reivindicações, defendido por diversas organizações, é a de julgamento, punição e prisão de Bolsonaro e dos golpistas do 8 de janeiro. Apresentamos nossa divergência com essa bandeira, já que pede para o Estado mais medidas repressivas, que certamente se voltarão contra a classe operária e demais oprimidos, quando esses se movimentarem por suas reivindicações, principalmente quando esses se utilizarem dos métodos próprios da classe, que são os métodos da ação direta.

Foi aprovada uma nova manifestação para o dia 5 de julho, quarta-feira. É importante que essa manifestação não se restrinja a SP e que aconteça em outros estados. Para isso, é fundamental que se construam os comitês de luta locais, em cada cidade, para que se organize um movimento nacional, que colocará a classe operária e demais trabalhadores em luta contra esse governo burguês e suas medidas.

Rio Grande do Norte

Trabalhadores terceirizados do Canteiro de Obras da UFRN paralisam suas atividades

No dia 22, cerca de 150 trabalhadores terceirizados do Canteiro de Obras da UFRN (pedreiros, eletricitistas, pintores, carpinteiros, marceneiros etc.) paralisaram suas atividades para que a empresa e o Ministério do Trabalho reconhecessem o SINTRAMEM (sindicato “específico” dos trabalhadores da manutenção civil) como seu representante.

Os antecedentes desta paralisação remontam ao dia 13 de abril, quando os trabalhadores também paralisavam suas atividades pelo pagamento dos salários atrasados pela empresa D&L. Na ocasião, o SINTRACOMP (sindicato dos trabalhadores da construção civil) convocou os trabalhadores para o pátio da Reitoria da UFRN. No entanto, este mesmo sindicato não compareceu ao ato, traindo descaradamente os trabalhadores, que decidiram, então, agir com suas próprias forças e ir ao Ministério do Trabalho para denunciar a empresa D&L pelo atraso dos salários e por não atualizar o valor dos salários e vale-alimentação, com pagamento retroativo, conforme Convenção Coletiva 2022-2023. Nesse mesmo dia, ao chegarem Ministério do Trabalho (que é uma pasta do governo federal), o Superintendente do Trabalho convocou a direção do SINTRACOMP para comparecer, o que não foi atendido. Os trabalhadores estavam, na prática, sem representação sindical.

Diante do vazio deixado pelo SINTRACOMP, um dirigente do SINTRAMEM, após ter sido notificado pelo Superintendente do Trabalho, solicitou uma audiência de conciliação com a empresa D&L, que foi marcada para 22 de junho. No dia 21, antes do expediente, o dirigente do SINTRAMEM compareceu ao canteiro de obras e realizou uma assembleia, onde os trabalhadores, por unanimidade, aprovaram a paralisação no dia seguinte, com marcha ao Ministério do Trabalho. Nesta assembleia, a Corrente Proletária/POR interveio manifestando apoio e defendendo o direito dos trabalhadores de terem uma representação sindical, e do método da ação direta coletiva para enfrentar a empresa e conquistar a atualização dos salários e vale-alimentação com retroativo.

No final da tarde do dia 21/06, a empresa ameaçou os trabalhadores com falta caso paralisassem. No entanto, no dia seguinte, após nova assembleia, os trabalhadores terceirizados retomaram a sua confiança coletiva e ratificaram a paralisação,

que contou com a adesão total. O movimento saiu em marcha pela universidade e o entorno do campus, gritando a palavra de ordem “trabalhador unido, jamais será vencido!”.

No Ministério do Trabalho, formou-se uma comissão com o dirigente do SINTRAMEM, um militante da Corrente Proletária e quatro trabalhadores, para acompanhar a audiência entre sindicato, governo federal (Superintendente do Trabalho) e empresa. A empresa não compareceu, apenas mandou mensagem dizendo que não reconhecia o sindicato. O Superintendente Regional do Trabalho mostrou sua impotência ao dizer que “reconhecia” que o SINTRAMEM representava a categoria, porém nada mais fez do que elaborar uma ata da reunião e orientar o dirigente sindical a buscar uma conciliação com o sindicato patronal das empresas prestadoras de serviços.

O dirigente do SINTRAMEM, por outro lado, espera que partindo agora para a via judicial (Ministério Público e Justiça do Trabalho) obterá o reconhecimento sindical. No entanto, depender da institucionalidade burguesa é um beco sem saída. É necessário dar continuidade ao método da ação direta, como foi a paralisação do dia 22.

Esse foi apenas o primeiro passo. A paralisação e ato dos terceirizados foi uma manifestação de força contra a empresa e a gestão da UFRN, que sentiram o impacto no bolso (no caso da empresa) e no funcionamento da universidade. A paralisação com adesão total foi também um grande aprendizado para a categoria de que, quando todos se unem, é possível impor seus interesses coletivos. Esses foram os maiores ganhos políticos. Os trabalhadores terceirizados do Canteiro da UFRN seguem a postos para que o SINTRAMEM seja reconhecido e para que suas reivindicações sejam atendidas.

A Corrente Proletária na Educação não cultiva ilusões na burocracia do SINTRAMEM, que, mesmo sendo reconhecida pela empresa ou pela institucionalidade burguesa, não levará às últimas consequências a organização coletiva dos trabalhadores, e apenas se limitará ao que é garantido na rebaixada Convenção Coletiva. Mas apoiamos o pleito dos trabalhadores quanto ao reconhecimento do SINTRAMEM, e exigimos o atendimento imediato de suas reivindicações.



Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.

nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



São Paulo

Ato simbólico pelos 10 anos das Jornadas de Junho de 2013

Aconteceu no dia 29, uma manifestação contra as tarifas do transporte, para marcar os 10 anos das Jornadas de Junho de 2013. O ato seguiu os moldes dos autonomistas e anarquistas, sem caixa de som para intervenções políticas e, no seu lugar, jogral. No jogral puxado por ex militantes do MPL, chamou a atenção a denúncia do Marco Temporal, mas sem uma palavra contra o Arcabouço fiscal. Foram feitas críticas a Tarcísio, mas nada em relação ao governo burguês de Lula/Alckmin.

A manifestação contou com poucas pessoas, aproximadamente 200, e caminhou pelas ruas do centro. Foram entoadas palavras de ordem contra as tarifas e catracas, mas sem vinculação com a carestia geral dos preços e condição de miséria da maioria da população. Coube ao POR, com o Manifesto, que publicamos na sequência, dar o conteúdo de classe ao ato, mostrando que o problema das passagens do transporte é parte do problema geral das massas, sendo assim, é parte do programa próprio de luta dos trabalhadores, por empregos, salários e direitos.



Corrente Proletária
ESTUDANTIL

☎ (11) 95446-2020 | pormassas.org | @massas.por | anchor.fm/por-massas

Corrente Estudantil do Partido
Operário Revolucionário

**Membro do Comitê de Enlace
pela Reconstrução da
IV Internacional**

29 de junho de 2023

10 ANOS DAS JORNADAS DE JUNHO:

as necessidades dos oprimidos exigem uma luta ainda maior

A luta contra as tarifas deve ser parte da luta por um programa próprio da classe operária e demais trabalhadores

Este mês marca 10 anos das Jornadas de Junho de 2013, onde as massas foram para as ruas, se utilizando dos métodos da ação direta coletiva para responder às consequências da crise capitalista que chegava no Brasil naquele ano. Além disso, as manifestações serviram para responder à crise política que se desenvolvia com o PT no governo federal, com Dilma, e o PSDB de Alckmin, no governo de SP. As manifestações multitudinárias conquistaram uma vitória provisória, obrigando Haddad e Alckmin a anunciarem que as passagens não subiriam naquele momento. Para além disso, as massas conquistaram uma vitória política muito grande, pois mostraram o poder de sua ação direta coletiva contra as medidas da burguesia e seus governos.

A ausência da classe operária organizada, com suas reivindicações e métodos permitiu que o movimento fosse desviado e retrocedesse. Nos 10 anos seguintes a situação da classe operária e dos demais trabalhadores só piorou. Tivemos de enfrentar um golpe de Estado; um Teto de Gastos, que congelou os gastos com educação e saúde por 20 anos; uma reforma trabalhista, que destruiu as bases da CLT e rebaixou o valor da força de trabalho; uma reforma do Ensino Médio, que só agora pode ser vista em toda sua profundidade e capacidade de destruição do ensino público; o avanço da terceirização, que começou no governo Dilma e foi ampliado no governo Temer, e hoje complementa a reforma trabalhista em sua destruição dos direitos; uma reforma da Previdência, uma pandemia, que matou milhões e jogou milhões no desemprego e na informalidade; uma onda de fechamento de fábricas, provocando a demissão de milhares de operários pelos país, e agora, já sob o governo burguês de Lula/Alckmin, um novo teto de gastos, além do ataque aos povos indígenas, através do Marco Temporal. Como se vê, nesses 10 anos a situação dos trabalhadores foi de mal a pior.

Não bastasse todas essas derrotas econômicas e políticas, o proletariado regrediu do ponto de vista organizativo, já que suas direções políticas (sindicais, populares e estudantis) aprofundaram sua política governista, de conciliação de classes, dando as costas às necessidades dos explorados e dando as mãos ao governo em sua política de proteção aos capitalistas. A crise de direção, que foi o principal traço de 2013, agora se mostra ainda mais grave, e exige forjar novas direções, classistas e revolucionárias.

É nesse contexto que essa manifestação ganha importância. A luta contra a tarifa é parte da luta contra a carestia de vida e os ataques que os governos e capitalistas desfecham contra os trabalhadores. Assim, esse ato contra as tarifas nos transportes públicos deve expressar a luta urgente por um programa próprio da classe operária e demais oprimidos, que tenha como eixos principais a defesa dos empregos, dos salários e dos direitos. Está colocada a bandeira de estatização sem indenização das empresas de transporte coletivo, sob o controle dos trabalhadores e da população.

A defesa dos empregos e salários é forma de responder concretamente à carestia de vida e a condição de miséria que vive a maioria da população. Responde ao desemprego, à informalidade e à terceirização, com a bandeira da escala móvel das horas de trabalho, dividindo as horas disponíveis entre todos aqueles que podem trabalhar, sem redução do salário. Por outro lado, a defesa dos salários responde ao rebaixamento geral do valor da força de trabalho e ao salário mínimo de fome de Lula, com a bandeira histórica de salário mínimo vital, suficiente para uma família trabalhadora, que hoje, segundo o DIEESE, está próximo de R\$ 6.500,00. A defesa dos direitos se expressa diretamente na luta pela revogação da reforma trabalhista, previdenciária e pelo fim da terceirização, com efetivação imediata de todos os terceirizados.

O Partido Operário Revolucionário assume essa luta e defende a formação de uma Oposição Revolucionária ao governo burguês de Lula, como forma de responder aos seus ataques contra os explorados. Essa oposição deve também combater os governos regionais, sejam de esquerda, direita ou centro, que aqui em SP está sob a direção do reacionário Tarcísio, que defende a privatização completa do Metrô e CPTM. Ao contrário, trata-se de estatizar, e não de aumentar o sistema privado de transporte coletivo. Defendemos ainda que as centrais sindicais rompam com o governismo e convoquem imediatamente um Dia Nacional de Lutas com paralisações e bloqueios, para defender um programa próprio da classe operária. Para colocarmos essas reivindicações em prática é necessário formar os comitês de luta nas fábricas, nos bairros, nas escolas e universidades.

Formar uma Oposição Revolucionária ao governo Lula/Alckmin! Por um Dia Nacional de Lutas com paralisações e bloqueios! Por um programa próprio da classe operária e demais trabalhadores, que parta da defesa dos empregos, salários e direitos! Escala móvel das horas de trabalho! Salário mínimo vital, com reajuste automático de acordo com a elevação dos preços! Estatização de toda rede de transporte, sem indenização, sob o controle dos trabalhadores e da população! Formar os comitês de luta para organizar o movimento dos trabalhadores por um programa próprio!



São Paulo

A luta nos bairros por empregos, salários e educação

A Corrente Proletária na Educação atuou junto aos professores, pais e estudantes denunciando a violência no interior das escolas, que culminou com a realização no bairro de um ato e a constituição de uma comissão para levar as reivindicações à Secretaria da Educação.

Trata-se de um esforço da Corrente Proletária de explicar as reais razões do aumento da violência nas escolas e combater a campanha do governo de responder às manifestações de violência com ações repressivas: mais polícia e punição aos estudantes. É uma tarefa difícil, porque os professores e pais, principalmente, estão sob a política burguesa de combater os atos de violência por meio da exigência de “mais segurança”, o que significa se colocar a favor de aumentar a presença no interior das escolas.

Para essa intervenção, a Corrente Proletária distribuiu e discutiu com os presentes o conteúdo do boletim, que publicamos abaixo.

Aos professores, funcionários, estudantes e pais

Todos os dias temos visto o crescimento da violência nas escolas. Estamos diante do aumento dos conflitos entre professores e alunos, entre funcionários e estudantes, entre direção de escola e pais, enfim entre os trabalhadores da educação e os estudantes, que envolvem seus pais. Nessa semana, mais um ex-aluno assassinou dois estudantes no interior de uma escola, no Paraná. Fato que era difícil de ocorrer no Brasil, agora toda semana uma situação de extrema violência é cometida em nossas escolas. O que parecia distante de nós, porque era e é comum nas escolas dos Estados Unidos, passou a ocorrer aqui. Toda vez que ocorrem conflitos, as escolas se dividem: uma parte responsabiliza a intransigência dos professores e funcionários; e outra, aos alunos, tidos como “sem educação”, como “adolescentes desajustados”, como “filhos que os pais não dão atenção” e toda sorte de adjetivação negativa.

Assim, o que temos presenciado, é a busca de um responsável, para ser punido. Se for aluno, transferido de escola; se for professor, afastado ou até exonerado. Como se vê, lamentavelmente, de todos os lados o que se evidencia é a exigência de mais segurança, mais polícia e mais grades nas escolas. O governo, por sua vez, está sempre pronto a atender essas exigências repressivas. Não por acaso, foram criados os “Conselhos Tutelares”, intensificado a presença da Ronda Escolar e, agora, da própria polícia. Recentemente, o governo implantou o Programa Conviva, para que a direção da escola recorra à segurança policial. Como foi o caso da ação violenta da polícia contra um estudante em uma das escolas de Perus.

Responder à violência

É preciso ter claro que violência nas escolas não brota nas quatro paredes das unidades escolares. Os conflitos que levam à violência têm sua raiz na sociedade em que vivemos. Trata-se de uma sociedade onde uma minoria detém toda a riqueza produzida e a grande maioria só dispõe da força de trabalho.

Quando não há emprego para todos, quando as demissões continuam altas, quando o trabalho informal é a única saída para milhões, quando a fome e a miséria crescem todos os dias e quando boa parte da juventude não tem nenhuma perspectiva de trabalho, a tendência é o aumento da violência. É o que se passa em nosso país e, em particular, nos bairros pobres das capitais, como é o caso de São Paulo.

Os responsáveis pela violência são os capitalistas e seus governantes. Não à toa, conforme a crise econômica aperta, os capitalistas descarregam sobre a família trabalhadora todo o seu peso, com demissões, layoff, fechamento de postos de trabalho, rebaixamento de salários, terceirização e outras medidas violentas. E os governantes, por sua vez, impõem o salário mínimo de fome, os cortes de recursos à saúde e à educação. São nos bairros operários que estão as escolas precarizadas, onde falta tudo, como ocorre nos distritos do Parque São Rafael e Iguatemi.

Após a pandemia, as escolas contam com poucos funcionários que sobrevivem com um salário miserável, com professores mal pagos e sem direitos e sob intensa pressão das direções, que exigem o cumprimento das medidas governamentais. As escolas que são PEIs enfrentam a enorme evasão dos alunos que necessitam trabalhar, as que adotaram o Novo Ensino Médio vivem a farsa dos itinerários, enfim, a situação é calamitosa, gerando toda sorte de conflitos.

Não podemos fechar os olhos para essas trágicas condições. E o caminho é a unidade de trabalhadores da educação, estudantes e moradores dos bairros pobres. O movimento que começa em uma escola, exigindo melhores condições de trabalho e estudo, para se fortalecer depende de sua expansão. Daí a importância das direções sindicais, estudantis e políticas de convocarem as assembleias de bairro, constituírem os comitês de luta e organizarem as manifestações de rua.

A Corrente Proletária vem defendendo: I) Um programa próprio de reivindicações dos explorados: a) Emprego a todos, por meio da redução da jornada de trabalho sem redução dos salários; b) Salário mínimo vital, capaz de sustentar a família trabalhadora; c) Fim das reformas trabalhista e previdenciária de Temer e Bolsonaro; d) Fim da terceirização e efetivação de todos os terceirizados; e) Moradia para as famílias trabalhadoras. II. Reivindicações particulares da educação: a) Fim dos PEIs e revogação do Novo Ensino Médio; b) Abertura das salas e turnos fechados. Construção de novas escolas. Salas de aulas com no máximo 25 alunos; c) Efetivação de todos os professores contratados. Fim da Nova Carreira de Doria; d) Piso salarial necessário para manter uma família, calculado pelas assembleias operárias democráticas; e) Fim da terceirização nas escolas e efetivação pelo governo dos terceirizados. III. Defesa dos métodos próprios de luta: a) Independência dos sindicatos e movimentos populares diante do governo Lula/Alckmin; b) Defesa das assembleias e dos comitês de luta; c) Impor nossas reivindicações por meio da luta direta: greves, ocupações, bloqueios e manifestações de rua.

São Paulo

Chapa I, PT, PCdoB, PCO e a maioria das correntes do PSOL, toma posse e realiza a reunião do novo Conselho da APEOESP de forma virtual

Reuniu-se, no dia 24 de junho, o Conselho Estadual de Representantes (CER) da APEOESP. Foi a primeira reunião dessa instância após as eleições do sindicato. Chama a atenção o fato de ter se dado pela via virtual. A justificativa principal da direção sindical foi a de que muitas escolas estariam trabalhando, o que não faz sentido, pois, quem estava trabalhando não poderia participar de qualquer maneira. Na verdade, o sábado letivo foi só um subterfúgio. A Diretoria sabe que a reunião nesse formato torna mais fácil o controle burocrático sobre essa importante instância. Na pauta da reunião, constavam pontos importantes, como os Congressos (estadual e nacional) da CUT, o Congresso da APEOESP, além da campanha salarial/educacional e questões da conjuntura. A Corrente Proletária na Educação/POR participou somente com uma representação, dada a crítica ao formato virtual.

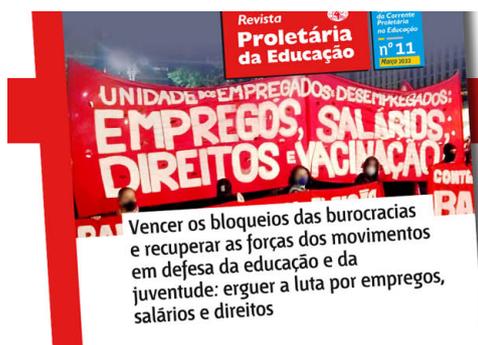
O encontro iniciou com um pedido de inversão de pauta feito pela “segunda presidente” (cargo inventado recentemente pela burocracia), a Maria Izabel/PT, para que fosse adiantado o item sobre os Congressos da CUT. Após alguns informes e colocações, a direção apresentou uma proposta de delegação que praticamente repetia a composição para os últimos Congressos da Central, abrindo para quem quisesse reivindicar uma vaga. O POR participa há décadas dos fóruns da CUT, possui uma tradição e um trabalho na base. Sendo assim, também reivindicou o seu direito a representação. O formato virtual, no entanto, impedia um verdadeiro debate sobre o ponto. A burocracia, como de costume, aproveitou para fazer demagogia em torno à “unidade”. O importante é que o POR pôde garantir a tribuna para defender a política de oposição revolucionária ao governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin.

No ponto sobre o XXVII Congresso da APEOESP, predominaram os informes, a exemplo do local, que será em Piracicaba, nos dias 1, 2 e 3 de setembro, e mais uma série de resoluções no sentido de dificultar o debate na base, como a questão do prazo para a inscrição das teses, que ficou para meados de julho (prazo insuficiente), quando a categoria estará afastada das escolas. Vale lembrar que o Congresso do sindicato é marcado há anos pelo burocratismo, a começar pela eleição dos delegados, que não se dá de forma direta

pela base, mas pelos Encontros Regionais, que serão realizados entre 1 e 18 de agosto. Nesse modelo de eleição, os Encontros Regionais acabam servindo como um filtro, que distancia o processo eleitoral dos trabalhadores.

Quanto à campanha salarial/educacional e aos pontos da conjuntura, praticamente se reafirmaram as bandeiras e avaliações que já haviam sido apontadas na reunião da Diretoria, constando pontos de interesse da categoria, como o fim das APDs, a revogação do Novo Ensino Médio etc. Outras questões também foram tratadas na reunião, como a mobilização dos educadores do Rio de Janeiro. Chamou a atenção, contudo, o debate em torno ao Arcabouço Fiscal do governo federal. A Direção da Apeoesp, composta principalmente pelo PT e seus aliados (PCdoB, PCB, PCO e as principais correntes do PSOL), insistiu em defender a medida do governo, dizendo que a educação estaria fora dos cortes orçamentários, entre outros pseudoargumentos, sem conseguir disfarçar o elevado grau de estatização e o governo dessa direção. Isso, quando está evidente que o novo Arcabouço servirá tão somente ao parasitismo financeiro, cortando investimento em áreas sociais, constituindo uma nova “versão” do Teto de Gastos imposto pelo governo de ditadura civil de Temer.

A Corrente Proletária defendeu uma moção de apoio aos lutadores da província de Jujuy, na Argentina, que se levantaram numa poderosa rebelião em defesa das suas reivindicações. Defendeu também o apoio ao chamado “Breque dos Aplicativos”, que se dará nos dias 1 e 2/7, bem como resoluções contra a CPI do MST e contra o PL do Marco Temporal. Concluiu a sua fala firmando posição em favor de uma assembleia da categoria no começo de agosto, para organizar a resistência coletiva. A direção sindical, que possui maioria, aprovou uma resolução que joga a data da assembleia somente para depois do Congresso, que será no começo de setembro, o que, claramente, é tarde demais, considerando a gravidade dos problemas enfrentados pelo professorado. Como se vê, continua de pé a tarefa de construir uma poderosa fração revolucionária no seio da Apeoesp, ou seja, forjar uma vanguarda classista e politizada, capaz de enfrentar e superar a atual direção burocrática.



Revista Proletária na Educação



As contrarreformas estão em pleno processo de aplicação nos estados e municípios, piorando sensivelmente a situação de vida dos trabalhadores em geral, e os da educação em especial. A Pandemia acentuou todos os problemas. Configura-se um cenário de destruição e de pesados ataques por parte da burguesia contra os explorados. E é justamente essa situação geral que se pretende refletir na 11ª edição da Revista Proletária

São Paulo

Rechaçar a política corporativista da direção da Apeoesp Recuperar o sindicato para enfrentar as medidas de ataque aos professores

No dia 29, ocorreu o ato em frente à SEDUC, aprovado no último Conselho de Representantes, para pressionar o secretário direitista Feder para que aumente o número de vagas do concurso, de 15 mil para 100 mil, tendo em vista que existem na rede mais de 90 mil professores contratados categoria O. A forma e o conteúdo da convocação só poderia concluir com uma manifestação esvaziada. Sem a convocação massiva de uma assembleia, para unir os professores efetivos e contratados, que vinculasse a luta por emprego, salário e pelos direitos que foram arrancados, o resultado só poderia ser uma pequena manifestação.

A política corporativa da direção do sindicato, que se traduz em atos por reivindicações específicas de uma camada do professorado, já está provada que leva ao fracasso. Isso no momento em que o governo anunciou um concurso com reduzidas vagas, que determinou o fechamento de 300 salas de aulas, que se recusa em pagar o ALE, que não acata a decisão de suspender a implantação do Novo Ensino Médio e que impôs um reajuste de 6%, quando as perdas salariais são violentas. Essa situação se torna mais grave, porque realizou um CR virtual e divulgou o ato apenas pelo site do sindicato.

O ato, assim, contou com a militância do sindicato, que se

posicionou dividida entre a chapa 1 governista e a chapa 2 de oposição. Entre o apoio ao governo Lula e a independência diante de Lula e da frente ampla. As intervenções das correntes de oposição expressaram o combate ao corporativismo, governismo lulista e bolsonarismo de Tarcísio/Feder. Enquanto que as intervenções das correntes que compõem a direção da Apeoesp se concentraram na crítica ao caráter reduzido de vagas e nos elogios à conduta de Mariza Izabel na Assembleia Legislativa, que aceitou os míseros 6% de reajuste e as promessas de pagamento do ALE e de alteração das APDs.

A Corrente Proletária interveio criticando o corporativismo e o burocratismo, defendendo a convocação de assembleia, para unir a luta dos professores, seja efetivo, contratado ou aposentado. Luta essa que só pode se dar com o método próprio dos trabalhadores, que é a ação direta coletiva. Em relação ao concurso, se colocou pela efetivação de todos os professores contratados. Nenhuma demissão de professor categoria O, pelo fato de ser reprovado no concurso. Emprego a todos, abertura de salas fechadas, redução do número de alunos por sala, fim dos PEIs e do Novo Ensino Médio e estabilidade a todos os professores.

Rio Grande do Norte

Direção do SINTE-RN insiste em tentativas frustradas de audiências com o prefeito de Natal

Quase um ano depois da última audiência com o prefeito de Natal, Álvaro Dias (Republicanos), a direção do SINTE-RN (PT) continua usando os mesmos métodos fracassados, o que tem levado os professores a sucessivas derrotas frente às medidas ditatoriais do prefeito. Trata-se de reduzir a luta da categoria a diversas tentativas de agendamento de audiências com a prefeitura, a maioria das quais ignoradas pelo prefeito.

Desde fevereiro do ano passado, a direção do SINTE-RN fez onze tentativas de audiência com a prefeitura, das quais apenas duas ocorreram, em que o prefeito simplesmente negou as reivindicações. Já está mais do que claro que, por essa via, o prefeito sente-se à vontade para não só não atender às reivindicações da categoria, como também age com métodos autoritários, fazendo uso do aparato repressivo do Estado burguês (polícia e judiciário) contra os professores, além de ganhar tempo e ir enrolando a categoria.

O principal problema, no entanto, está na política de conciliação de classes da direção sindical, a qual se subordina aos ditames da prefeitura e do judiciário. Submete-se até mesmo às investidas mais arbitrarias e antidemocráticas, como a intervenção da justiça burguesa para impor o encerramento da greve, com multas que chegam a mais de R\$ 4 milhões e com descontos salariais dos professores pelos dias paralisados durante a última greve. Não faz sentido insistir em tentativas fracassadas de agendar novas audiências se a categoria não está em luta.

A Corrente Proletária na Educação (CPE/POR) avalia que o abandono do método da ação direta é o ponto central que tem levado os professores a amargarem o congelamento salarial, com três reajustes do Piso não cumpridos (6,42% de 2020, 33,24% referente a 2022 e 14,95% de 2023). Enquanto a direção do SINTE não abandonar sua política de conciliação de classes e seus métodos institucionais e de pressão parlamentar, a categoria continuará com seus salários defasados.

É preciso organizar os professores para fazer uso do método da ação direta e fortalecer o movimento diante das investidas autoritárias do prefeito e da justiça burguesa. A história mostra que somente por essa via independente é que os trabalhadores da educação conquistarão suas reivindicações.

Adquira com o distribuidor: R\$ 35

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo
diante da Tarefa
de Construir
o Partido
Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.



Rio Grande do Norte - São Gonçalo do Amarante

Professores da Escola Municipal Jonas Escolástico acatam a decisão da assembleia

Na assembleia do SINTE/núcleo SGA de 25 de maio, os trabalhadores em educação do município de São Gonçalo do Amarante/RN aprovaram que o pagamento de greve pelo repasse do Piso Nacional iria se dar por reposição de conteúdos e não com aumento de carga horária, assim como não iriam realizar os sábados letivos, que estavam sendo impostos pela Secretaria Municipal de Educação.

A decisão coletiva da assembleia foi acatada por todas as escolas do município, com exceção da Escola Municipal Jonas Escolástico em que, sob pressão da diretora da escola, os professores estavam dando aulas aos sábados. Há denúncias de professores de que a direção do SINTE/núcleo SGA está presente, no entanto nada foi feito por parte dos dirigentes para que fosse implementada a deliberação coletiva da assembleia.

A Corrente Proletária na Educação organizou, junto aos professores da escola, uma reunião para discutir a situação.

Na ocasião, a CPE informou da decisão da assembleia e da importância dos professores desta escola se centralizarem pela decisão coletiva. Os professores então reagiram positivamente, e deliberaram por acatar a decisão da assembleia. Na mesma hora, os professores já deram ciência desta decisão à diretora, que também estava presente, e dessa forma não deram mais aulas aos sábados.

Esse acontecimento tem sua importância política pelo fato de que a burocracia sindical há muito que abandonou qualquer tipo de trabalho de base. Os dirigentes limitam-se, quando o fazem, a aprovar deliberações nas assembleias, deixando a cargo da própria base implementar. A CPE/POR se coloca por erguer uma fração revolucionária na categoria. É parte dessa tarefa intervir no chão da escola, para garantir o cumprimento das deliberações coletivas das assembleias.

Rio Grande do Norte

Posição da Corrente Proletária na assembleia do SINTE para eleição de delegados para a CUT

No dia 14 de junho, ocorreu assembleia do SINTE/RN do município de Natal para a retirada de delegados para os Congressos estadual e nacional da CUT. Estiveram presentes trabalhadores em educação de outras regionais (Caicó, Monte Alegre e outras) que já tinham eleitos os seus delegados, e se confundiam com os trabalhadores de Natal que ainda iriam fazer sua eleição. A assembleia contou com um bom número de aposentados, organizados pelo PT, além dos trabalhadores da Escola Estadual Felipe Guerra, do centro da cidade.

Foram duas chapas inscritas: chapa 1 do PT e chapa 2 da Corrente Proletária na Educação/POR. Os militantes do PT se apresentaram com suas três correntes internas que dirigem o

SINTE/RN, dividindo o tempo de três minutos para os três militantes, declarando que a CUT é “independente”. A militante da CPE, chapa 2 se apresentou falando o contrário, que a CUT não está no campo da independência de classe frente aos governos, e apresentou o plano de luta para a CUT, defendendo a bandeira da oposição revolucionária ao governo do PT.

O resultado da votação foi: chapa 1 com 119 votos; chapa 2 com 5 votos; 1 voto branco. Para participar do Congresso, segundo o estatuto da CUT, a chapa deve alcançar 20% dos votos. Este dispositivo burocrático impediu que a CPE enviasse delegados para os Congressos, de modo que a Chapa do PT conquistou todos delegados.

Rio Grande do Norte – Mossoró

Seminário Nacional do Andes Distraçionismo e apoio ao governo burguês de Lula

O “Seminário Nacional sobre a reorganização da classe trabalhadora” convocado pela direção do ANDES, cumprindo determinação congressual, ocorrido em Mossoró/RN, na UFERSA (Universidade Federal do Semi-Árido) entre os dias 16 a 18 de junho, foi marcado pelo distraçionismo e apoio ao governo burguês de Lula.

O distraçionismo ficou por conta de um encarte pequeno com a programação do evento e da festa junina, que ocorre na cidade. Em outro momento foi enfatizado, agora pelo microfone, a festa na Cidade, o forró até a manhã do outro dia.

O apoio ao governo federal da burguesia constou nos diversos momentos que colocaram a vitória de Lula nas eleições como suas. Seja a presidenta ainda em exercício (a outra direção assume somente no Conad em julho), seja as palestrantes e diversos participantes em suas falas no microfone, a caracterização da vitória de Lula como a vitória contra o fascismo e o retorno à democracia foi comum.

Não se derrota o fascismo pelos métodos eleitorais, mas sim pelos métodos da luta de classes. A frente burguesa sobre a qual se apoiou Lula não é antagônica às tendências ultradireitistas que se encontram no seio da burguesia. A experiência mostra que os fascistas podem recorrer às eleições, mas como meio circunstancial para se impor finalmente com os métodos ditatoriais e golpistas. Sem o partido da classe operária, não há como travar a luta no campo das eleições para potencializar a organização independente do proletariado, necessária para derrotar a marcha do fascismo. O fracasso dos governos do PT está na base da ascensão da ultradireita bolsonarista, que chegou a o ponto de promover a tentativa de golpe em 8 de janeiro. O fascismo se destrói com a unidade dos explorados na luta direta por suas reivindicações e pela estratégia própria de poder. É necessário assinalar que a ultradireita fascizante no Brasil se alimentou e se alimenta dos problemas sociais não resolvidos no capitalismo.

A luta contra o governo Lula pelas reivindicações da categoria não vai fortalecer a ultradireita. Ao contrário: a conciliação com o governo irá fortalecer a ultradireita, porque o governo Lula não vai conseguir resolver os problemas sociais dos trabalhadores, que será aproveitado pela ultradireita.

Os problemas sociais dos explorados no capitalismo não têm solução e pioram a cada dia. Isso conduz a agudização da luta de classes. A luta de classes exasperada aponta para uma só solução: revolução ou contrarrevolução (ditadura fascista).

Sobre o tema da reorganização dos trabalhadores, o Seminário não apontou para nada definitivo. Entretanto, a proposta mais emblemática foi que o Andes fizesse uma convocatória para unidade com os sindicatos, a começar pelo SINASEFE e FASUBRA,

para constituir uma unidade na luta, que poderia começar contra o Novo Ensino Médio. Se esse objetivo for colocado em prática, será um passo importante. Mas, tudo indica que, pelas discussões, há uma manobra a favor de se criar uma nova central. O que, se se confirmar, é preciso se opor veementemente.

Por último, e não menos importante, manter realmente uma postura de independência de classe diante do governo burguês de Lula. O apoio dado à candidatura de Lula pelas direções sindicais expressou a mais completa ausência de independência classista. Aceitar, agora, o aumento de 9% do governo sem luta, foi um erro gravíssimo. O ANDES deve romper com sua política de conciliação com o governo e encaminhar a luta encarniçada pelas reivindicações da categoria através da luta coletiva direta.

São Paulo

Assembleia do SinTUFABC elege os delegados da oposição à Plenária Nacional da FASUBRA

Após dois meses sem Assembleia do SinTUFABC, no dia 26 de junho ocorreu a assembleia dos técnicos administrativos em educação da UFABC, que criou o Grupo de Trabalho (GT) Carreira, e elegeu os três delegados que participarão da Plenária Nacional da FASUBRA.

O GT-Carreira local foi criado com base no encaminhamento do XXIV ConFASUBRA, que aprovou uma resolução genérica e pretensamente consensual elaborada pelas direções majoritárias a fim de minar a votação das divergências no Congresso, em particular sobre as reivindicações salariais e as gratificações. Na UFABC, a criação do GT-Carreira vem sendo pautada há meses pelos grupos TAEs na Luta e Lutar com Independência. Este último tem pautado a criação do GT-Carreira na atual Coordenação Executiva do SinTUFABC desde a primeira reunião, realizada em abril. Somente agora, após muita pressão, a direção majoritária encaminhou a criação do GT, integrado por nove servidores.

A eleição de delegados do SinTUFABC à Plenária Nacional (PN) da FASUBRA, que ocorrerá nos dias 15 e 16 de julho de 2023 em Brasília, teve duas chapas: uma composta por três servidores ligados aos Coletivos Travessia e TAEs na Luta (Chapa 1); e outra composta por dois servidores ligados ao grupo Lutar com Independência (Chapa 2), o qual a Corrente Proletária integra.

Nas defesas, dentre outros pontos, a Chapa 1 ressaltou que está impulsionando a campanha a PCCTAE no PPA, ou seja, a votação, na plataforma Brasil Participativo, para que a Reestruturação da Carreira e Recomposição Salarial dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE) seja apresentada no 3º Fórum Interconselhos do Governo Federal; a necessidade da data-base anual do funcionalismo; a defesa do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC); a redução do interstício para progressão de 18 para 12 meses; incentivo à qualificação; a política contra o aumento da taxa de juros; a aceitação da proposta de ajuste apresentada pelo governo este ano; que a prioridade política atual é derrotar o fascismo/bolsonarismo, e que o Governo Lula deve liderar esta luta. A Chapa 2, por sua vez, afirmou que a PN é continuidade do XXIV ConFASUBRA e da campanha salarial. Explicou que se coloca pela independência em relação aos governos e é minoria na direção do SinTUFABC e oposição à direção da FASUBRA. Esclareceu que é composta por um dos únicos servidores que votaram contra a aceitação da proposta de reajuste do governo, porque o reajuste não cobria as perdas salariais e por ser colocada a aceitação sem ter ocorrido uma campanha salarial, não porque é contra o aumento salarial, como alguns pretendem fazer crer. Questionou aos presentes o fato da aceitação do reajuste ter sido justificada pelas direções com um vínculo ao início da Campanha Salarial de 2024,

sendo que nada foi feito até o momento para mobilizar a categoria e viabilizar a campanha salarial! Sequer se discutiu qual é o índice de reajuste que reivindicamos. A FASUBRA, inclusive, abandonou a reivindicação das perdas inflacionárias históricas, limitando-se a reivindicar as perdas nos últimos governos. Fez uma crítica ao GT-Carreira indicando que se trata de uma forma de ficar elucubrando enquanto não se faz a campanha salarial. Colocou que as direções estão agarradas à virtualidade, abandonaram a luta presencial, promovem “paralisação virtual” e abaixo-assinado para tentar convencer os parlamentares burgueses. Por fim, ressaltou a importância de erguer a luta com os métodos próprios, ou seja, com paralisações, panfletagem, carro de som, formação política, etc.

Com um voto de diferença (16x17), a Chapa 2 elegeu os seus dois delegados, e a chapa Travessia/TAEs na Luta elegeu apenas um delegado. Trata-se de uma importante vitória sobre a direção governista conciliadora. Vale destacar que uma servidora que foi da direção do SinTUFABC e declarou voto na Chapa 2 sugeriu que o GT-Carreira local se baseie nas demandas sobre carreira construídas nas greves e cobrou sobretudo da direção majoritária (governista) a convocação de assembleias, a organização dos comitês de base e uma aproximação e mobilização efetiva da categoria.

A seriedade do Boletim da CPE-UFABC

O Boletim da Corrente Proletária tem sido recebido com muita atenção pelos trabalhadores da UFABC. Em seus comentários, se encontram avaliações como a de que se trata de um Boletim sério e que vai ao âmago dos problemas. O Boletim tem feito uma campanha pela reposição salarial, contra a quebra de direitos e o teletrabalho. A penetração do Boletim na UFABC possibilitará a constituição de uma fração revolucionária no interior da universidade.

Primeiras Reuniões do GT-Carreira do SinTUFABC

Após a criação do GT no dia 26, as duas primeiras reuniões ocorreram nos dias 27 e 28 de junho. Ficou nítido o problema do atraso em sua criação, visto que a primeira reunião do GT Carreira da FASUBRA estava marcada para o dia 29, ou seja, deveríamos estar estudando, discutindo e encaminhando as propostas do GT local há muito tempo.

O GT-Carreira do SinTUFABC é composto por servidores politicamente alinhados às propostas do Travessia/TAEs na Luta, e por servidores que não estão alinhados organicamente com ne-

nhuma das teses do XXIV ConFASUBRA, mas que estão dispostos a discutir de forma mais aberta e/ou crítica, por exemplo com relação a proposta das gratificações.

O primeiro grupo defende propostas institucionais-burguesas, as quais chamam de “propostas claras e factíveis, construídas com base em estudos orçamentários e financeiros que consideram os impactos”. O que não dizem é que estão considerando os impactos para a burguesia, não sobre os trabalhadores que arcam com um amplo arrocho salarial. Ressaltaram consideram o teto constitucional. Afirmam que o movimento sindical deve desenhar e oferecer caminhos e soluções para os representantes do poder político e econômico no Governo Federal e Congresso Nacional. Ou seja, uma política clara de conciliação de classes, que leva ao submetimento dos interesses dos trabalhadores à burguesia e seu Estado.

O segundo grupo embora não se contraponha a propostas como o fim das restrições à redistribuição, dimensionamento e criação de uma política de incentivo à qualificação, discorda completamente que devemos pautar nossas reivindicações com base no ordenamento jurídico burguês e rechaça a acusação de que levantar as reivindicações próprias dos trabalhadores é uma atitude utópica.

Uma das divergências é quanto à separação entre a reestruturação da carreira e a campanha salarial/reajuste. Para a Corrente Proletária, a discussão da carreira não pode ser separada da campanha salarial, ao passo que para o TAEs na Luta são duas frentes bem diferentes. O que, na verdade, reflete a concepção de que a luta deve ser fragmentada e se dará com os métodos próprios da conciliação de classes, através de ações virtuais e institucionais.

São Paulo

Ocupação na USP Leste indica o caminho da luta estudantil

Na última semana de junho, os estudantes da USP LESTE (EACH) ocuparam um prédio e piquetaram os demais, reivindicando contratação de professores e manutenção das bolsas de permanência estudantil, que estão sendo cortadas. A precarização da universidade chegou a tal ponto que obriga os estudantes a se utilizarem dos métodos da ação direta coletiva para impor suas reivindicações.

Houve uma assembleia no dia 25, um ato dia 27, na própria EACH, durante uma reunião marcada pelos estudantes com membros da reitoria, e simultaneamente, outra manifestação organizada pelo SINTUSP, ADUSP, DCE e Estudantes, na Reitoria da USP Butantã, onde unificaram as reivindicações por salário dos trabalhadores da USP e da EACH.

Na EACH, as reivindicações não foram atendidas, a reunião foi burocratizada e desviada para dados técnicos. A reitoria é indicada do governo estadual e se utiliza dos métodos legalistas e parlamentares para desmobilizar os estudantes.

Já a direção estudantil da USP, com o DCE dirigido majoritariamente pelo PCdoB, conduz a luta para o caminho da derrota. A Juventude Pátria Livre (JPL) e a União da Juventude

Não à toa o ativista ligado ao TAEs na Luta e delegado eleito à PN da FASUBRA pela Chapa 1 afirmou que visa tão somente a reestruturação da carreira, como se fosse possível separar a carreira da política, ou seja, da luta de classes. Chegou ao absurdo de afirmar que o “mundo do trabalho mudou” defendendo a “modernização das lutas”, o que sabemos que não passa de palavreado usado para rejeitar a luta real com os métodos da ação direta e a luta pelas reivindicações próprias dos trabalhadores.

A CPE propôs as seguintes reivindicações no GT do SinTUFABC: por uma carreira única, fim das divisões e das terceirizações com a recriação de todos os cargos que foram extintos para serem terceirizados; salário mínimo vital, como piso salarial; fim do controle eletrônico de frequência; isonomia com os demais poderes; e dimensionamento, com a racionalização dos cargos, publicização das vagas existentes em cada unidade administrativa, elaboração de uma política de remoção interna, e mapeamento de processos e competências. Em relação às 30h, a Corrente Proletária ressaltou que é importante especificar “30h para todos, sem condicionantes e sem redução da remuneração”.

Destacou-se que a 181ª Plenária Nacional do SINASEFE, sindicato que também congrega técnico-administrativos em educação do funcionalismo federal, sobretudo dos Institutos Federais, aprovou um relatório com suas principais propostas de reestruturação da carreira, o qual não inclui a defesa das gratificações, pauta que é uma das principais divergências dentro da FASUBRA. No GT do SinTUFABC, as diferentes tendências reconheceram a importância de defender uma proposta única, no mínimo entre FASUBRA e SINASEFE, objetivando fortalecer a luta unificada da categoria.

Socialista (UJS) agiram para desviar os estudantes dos métodos da ação direta coletiva, buscando sempre as negociatas a portas fechadas. Essa mesma direção é a que mantém o movimento na USP paralisado desde a pandemia, permitindo uma série de ataques contra a universidade e as condições de estudo e permanência dos estudantes. Entre esses ataques está o EaD e a precarização geral da universidade, como mostra a luta dos estudantes da EACH.

No dia 29, os estudantes que ocuparam a EACH anunciaram em suas redes uma vitória. Na “lista de conquistas” estava um “compromisso de reunião com a PRIP”, “Criação de uma câmara arbitral para o intermédio da reitoria e campus”, “15 vagas para docentes antecipadas para o próximo semestre” etc. Como se vê, os estudantes se contentaram com uma série de promessas. Isso mostra o problema de uma direção conciliadora.

A Corrente Proletária Estudantil vem apoiando a luta dos estudantes da EACH e defende que se forme um comitê de luta, independente dos governos e da burocracia universitária, como forma de impulsionar essa e outras lutas que estão por vir. Esse comitê colocará em cheque as ações conciliadoras da atual direção do DCE, o que permitirá superar essas direções e formar uma nova, classista e revolucionária.

São Paulo

Direção da UNE desmonta movimento contra privatização na FATEC

No início do mês de junho, foi propagandeada a “doação” de um prédio público da FATEC-SP, que sedia o Centro Acadêmico XXIII de abril, e o SINTEPS para uma instituição privada, a Universidade Zumbi dos Palmares. Ocorreram assembleias pela entidade estudantil e pelo sindicato, que ao mesmo tempo lutava

por salários. O sindicato, focado em suas reivindicações salariais, conseguiu paralisar 100 unidades entre FATEC’s e ETEC’s por 1 dia, para que a comunidade do Centro Paula Souza comparecesse a um ato em frente à sede no centro de SP. O CA compareceu ao ato levando as reivindicações pela permanência no prédio e con-

tra privatização, porém após o ato a direção do Centro Paula Souza prometeu que não tirariam o espaço do CA do subsolo do prédio, mas manteriam a privatização, e a direção do CA, sob orientação da UNE, encerrou as mobilizações.

O POR interveio na assembleia estudantil e no ato do SINTEPS para avançar nas reivindicações, com o objetivo de superar o corporativismo, levantando as bandeiras: Não à entrega do prédio

Rio Grande do Sul

A caça aos cotistas continua na UFRGS

DCE se mostra incapaz de organizar a luta contra esse ataque

No dia 20 de junho, o DCE fez um chamado através das redes sociais para uma plenária acerca dos desligamentos dos cotistas, que além de não ter sido revertido, continuam acontecendo na UFRGS. A plenária contou apenas com a presença de alguns membros do DCE e poucos militantes dos partidos e “coletivos” de juventude. O que não surpreende uma vez que o DCE utiliza as redes para divulgação. Assim, o DCE não faz nenhum tipo de mobilização dos estudantes da universidade, não organiza uma campanha política contra a caça aos cotistas e não se apoia nos métodos de luta próprios dos explorados, para colocar em movimento os estudantes.

A “plenária” iniciou com uma militante da UJC/PCB, que está na gestão do DCE, expondo os passos que haviam sido dados até então no caso dos cotistas desligados. Informou que eles haviam conseguido alguns advogados e que havia sido aberto um processo no Ministério Público, e também redigido um edital que proporia para debate no CONSUN (Conselho Universitário).

A militante da Corrente Proletária/POR lembrou que em 2021 foram duzentos alunos cotistas desligados e questionou o fato desses métodos jurídicos não terem revertido os desligamentos. O que faz com que continuem ainda hoje. A militante porista enfatizou que esse ataque aos cotistas não era uma ação isolada da reitoria interventora de Carlos Bulhões, mas que faz parte de um ataque mais geral à educação, que se manifesta com a expansão do ensino a distância (EaD), os cortes de recursos, a eliminação de bolsas de estudos, a terceirização, a imposição do Novo Ensino Médio e o crescimento do ensino superior privado. Também apontou que o DCE deveria abandonar os métodos de recorrência à Justiça, uma vez que não funcionou em 2021 e tampouco agora, e que deveria convocar assembleias por campi, fazer uma campanha em defesa dos cotistas e contra todas as medidas de ataque sobre a educação, mobilizar os estudantes para as assembleias e para a luta em defesa dos cotistas, colocando o mesmo empenho que foi colocado no processo eleitoral de delegados para o CONUNE, onde a UFRGS contou com oito chapas, que percorreram todas as salas de aula fazendo campanha massiva dos seus delegados e obtendo 4,5 mil votos, enquanto naquela “plenária” não haviam nem trinta pessoas. Que todos aqueles que organizaram chapas para o CONUNE deveriam se empenhar nessa campanha e mobilização.

Dito isso, os militantes do PSOL (Alicerce, Juntos/MES e Frente/Resistência) passaram a atacar a ideia de realização de assembleias, defendendo que não deveriam ser convocadas, porque a universidade não estava em “clima” de assembleia, portanto seriam esvaziadas e que era “ingenuidade” achar que se consegui-

ria organizar uma luta massiva em defesa dos cotistas. Que nada deveria ser feito antes da realização do CONUNE, pois este deve ter todo o empenho deles no momento, e que se nos encontramos nessa situação é por culpa da UJC/PCB, que faz uma péssima gestão – e a partir daí foram falas voltadas a atacar a direção do DCE e se projetar como melhor opção para substituí-la e atacar qualquer proposta de reorganização do movimento estudantil para defender os cotistas.

O PSOL vem desempenhando o papel de freio, antes já cumprido pelo PT e PCdoB, pois faz parte da frente ampla que está no governo federal e pretende blindá-lo diante do descontentamento crescente dos explorados. Ao não conseguir excluir a ideia da realização de assembleias, passou a contrapor a realização de uma só assembleia geral em substituição às assembleias por campi, argumentando que a proximidade do CONUNE impediria o empenho na organização de assembleias nos seis campi da UFRGS e facilmente convenceu os presentes, envolvidos também na viagem ao Congresso da UNE.

Ficou deliberado que a assembleia geral será realizada após o Congresso da UNE, portanto, apesar do boicote do PSOL, ainda haverá um espaço para ser debatido a situação dos estudantes cotistas desligados, o que há tempos não acontecia. Mas é importante perceber que, se depender do imobilismo do DCE e das correntes que estão sedentas por substituir a atual direção no controle do aparelho, a assembleia será esvaziada tanto quanto esta “plenária”, ou aprovará uma linha de apoio ao governo e de continuidade dos métodos que subordinam o movimento estudantil às instituições burguesas.

Três dias após a realização dessa reunião, o Ministério Público arquivou o processo que solicitava a reversão dos desligamentos dos cotistas, comprovando que a Justiça não está a serviço dos interesses dos explorados, senão dos capitalistas e seu governo. Cabe às correntes políticas que têm denunciado acertadamente as medidas destruidoras do governo Lula, como o Arcabouço Fiscal, e tem se colocado em oposição à esse governo, conformarem uma frente de oposição revolucionária e, no terreno do movimento estudantil, trabalharem por uma ampla e massiva mobilização para retomar o caminho das lutas, com os métodos próprios para defender um programa de reivindicações próprias. É importante que os estudantes expulsem as direções oportunistas dos seus organismos de luta, como o DCE e os CAs.

Pernambuco

Correção de informação

No jornal Massas nº 691, página 15, na nota: “Pernambuco – II Encontro de Formação política do Sinasefe, sob o controle da burocracia dirigente”, caracterizamos que a direção nacional é composta pela UP, trata-se na realidade do PCB.

LANÇAMENTO!
Adquira já com
o distribuidor do
Massas por apenas
R\$ 5,00

**Balancão das
eleições na
APEOESP (2023)**

A Oposição Unificada Combativa - Chapa 2 obteve uma importante vitória política diante da chapa governista do PT e aliados, inclusive setores que eram da Oposição e capitularam à Chapa !!



De 12 a 16 de julho, será realizado o Congresso da UNE. Publicamos neste número do jornal Massas a tese desenvolvida e a tese-síntese. No número anterior, divulgamos um estudo crítico sobre o 69º CONEG, que se realizou em abril. As formulações que se encontram no conjunto desses documentos são um esforço para superar nossas falhas referentes à luta pela constituição de uma direção revolucionária no movimento estudantil. Está aqui expressa uma autocrítica do Partido Operário Revolucionário (POR).

Tese da Corrente Proletária Estudantil para o 59º Congresso da UNE

*Romper com o governismo para erguer uma UNE
independente, democrática e combativa*

Apresentação

Para efeito de inscrição, entregamos à UNE uma tese ultra-sintética. O critério de 5 mil caracteres, por si só, evidencia a orientação burocrática e despolitizadora de sua direção. Isso quando decidi publicar as minutas apenas no site da entidade.

O momento econômico, político e social do Brasil, da América Latina e do mundo atravessa uma turbulência gigantesca, que exige das organizações operárias, camponesas, populares e estudantis um esforço sobre-humano de análise, explicação, compreensão e intervenção sobre o curso da desintegração do capitalismo.

O abalo mundial de 2008/2009, nem bem o imperialismo o havia arrefecido com suas medidas de aumento da opressão sobre a maior parte dos países, foi seguido da pandemia, que provocou uma nova derrocada econômica e elevou o flagelo dos pobres e miseráveis. Em 24 de fevereiro de 2022, quando a pandemia estava sob controle, eclodiu a guerra na Ucrânia, com a invasão russa. Logo ficou evidente que se tratava de um confronto armado, cujos motivos, características e consequências o distinguem das inúmeras guerras que ocorreram após a Segunda Guerra Mundial e a Guerra da Coreia. É nesse marco que avançam os conflitos econômico-comerciais dos Estados Unidos com a China. O mundo se viu neste um ano e meio diante de uma escalada militar que se assemelha a uma situação de pré-guerra mundial. O Brasil, na condição de maior potência econômica regional da América do Sul, não teve como se manter à margem, ainda que, por enquanto, seja no plano político e diplomático.

Os trabalhadores e a juventude não puderam se manifestar frente a guerra na Ucrânia devido à indiferença e ao bloqueio político imposto pelas direções e pelas tremendas pressões dos meios de comunicações, que são francamente pró-EUA. A necessidade de organizar uma frente única anti-imperialista está plenamente colocada. A classe operária brasileira e mundial se encontram em atraso, se se considerar o avanço da barbárie que emerge das contradições do capitalismo.

Somente por esse contexto de choques mundiais, era dever da direção da UNE ter criado as condições e os meios para

uma ampla mobilização nas universidades em torno ao 59º CONUNE. Ao contrário, prevaleceram a superficialidade, o desprezo e o desvio das grandes questões que estão diante do proletariado e da maioria oprimida, dos quais fazem parte a imensa juventude. Certamente, em condições conflituosas de tal importância, emergem os grandes problemas sociais e educacionais. Como organização da juventude oprimida, a UNE, evidentemente, tem de responder ao que se passa na educação em geral e na universitária em particular.

É de conhecimento corriqueiro que o capitalismo em decomposição vem impossibilitando a realização de uma verdadeira reforma universitária, sem dizer de uma reforma geral do sistema educacional do país. As tendências predominantes, que vêm de longa data, são de retrocessos, por mais que os governantes inventem soluções do tipo “Escola Integral”, “Novo Ensino Médio”, “Compromisso Nacional pela Criança Alfabetizada”, mudanças curriculares ajustadas às “novas tecnologias” etc. Não é difícil constatar que tais medidas e “ajustes” estão na contramão de uma reforma que há muito está colocada, mas que a burguesia não pode assumi-la, uma vez que se choca com as próprias tendências desintegradoras do capitalismo.

A linha dominante dos “ajustes”, pode-se dizer das contrarreformas, está condicionada pelo avanço da privatização em contraposição ao sistema público de educação, que vem se tornando cada vez mais limitado e débil. Para agravar, o ensino a distância (EaD) ganhou terreno inimaginável nas últimas décadas. Os empresários, apoiados pelos governantes, aproveitaram a pandemia para obter garantias institucionais à modalidade on-line. Nota-se que a relativa expansão de ingressos nas universidades se deu em função do crescimento exponencial das instituições privadas e da modalidade EaD. A questão central do restrito acesso ao ensino superior se encontra na impossibilidade da maioria dos jovens que concluem o ensino médio de passar no vestibular e compatibilizar os estudos com a jornada de trabalho. O fato de se ter aberto um estreito caminho de acesso a uma parcela da classe média pobre, não mudou o caráter superestrutural e elitista da universidade.

Se o 59º Congresso desconhecer e desconsiderar esse ponto de partida programático da luta estudantil, servirá apenas ao continuísmo da política educacional privatista do Estado e dos governantes. Ao contrário, se responder a essa responsabili-

de social, o Congresso dará um importante passo para superar o corporativismo que separa o ensino superior dos demais níveis educacionais.

É também conhecido que os governantes procuraram universalizar o ensino fundamental I. Em princípio, toda criança tem a possibilidade de se alfabetizar. No entanto, trata-se de uma universalização formal. Tem aumentado o número de crianças que não conseguem realizar as operações elementares de matemática, leitura e escrita. O fato incontestável é que a burguesia e seu Estado não resolveram a questão da alfabetização universal, que continua grave. Consta-se também que, dos estudantes que alcançaram o ensino médio, uma parte significativa evade e outra mal consegue assimilar os conhecimentos básicos de leitura e matemática.

Essa realidade da educação básica, evidentemente, se reflete no ensino superior. Eis por que o Congresso da UNE está obrigado a pôr à luz do dia as raízes sociais da educação. Caso contrário, o corporativismo manterá o movimento estudantil tateando no escuro. Sem a devida clareza das causas mais profundas que estão na base da exclusão e marginalização da maioria da juventude oprimida do processo educacional e da elevação cultural, o movimento estudantil não tem como combater por uma posição que corresponda ao programa de reais reformas democráticas da educação e de transformações sociais, encarnado pelo proletariado.

Se depender de sua direção, União da Juventude Socialista (UJS-PCdoB), Levante Popular da Juventude (PT) e Kizomba (PT), o Congresso será de continuísmo da política que há muito tem ocultado as raízes sociais da marginalização da maioria da juventude da universidade e subordinado o movimento estudantil às caricaturas de reformas e às contrarreformas reais. Essa direção não apenas serviu à disputa eleitoral para a presidência da República, como se mantém subordinada às posições de conciliação de classes assumidas plenamente pelo PT e PCdoB, de forma a manter o movimento estudantil atrelado ao governo Lula. Está colocado, portanto, uma luta da vanguarda com consciência de classe por constituir uma nova direção classista e revolucionária.

Esse é o conteúdo estratégico que norteia as teses e as reivindicações mais elementares de defesa da juventude oprimida.

Resolução sobre a situação internacional

O que distingue a presente situação mundial da imediatamente anterior é o prolongamento da guerra na Ucrânia, que atingiu um ano e meio. Mas, a crise que tomou a forma militar na Europa está intimamente ligada à guerra comercial que os Estados Unidos travam contra a ascensão da China na Ásia. Embora não seja certo afirmar com precisão que as contradições do capitalismo mundial já tenham levado as potências imperialistas às portas da terceira guerra mundial contra a Rússia e a China, é preciso assinalar que essa é a tendência que marca a marcha dos acontecimentos. A escalada bélica tomou a forma de confrontação, cuja expressão mais visível se encontra na bárbara guerra de dominação que fez da Ucrânia bucha de canhão dos Estados Unidos e sua aliança europeia. E, por outro lado, instrumento de defesa da Rússia restauracionista, que como tal exerce a pressão nacional sobre o povo ucraniano.

Esse acontecimento, como não poderia deixar de ser, provocou divergências e divisões entre e no seio das correntes que se reivindicam do socialismo. É previsível que o Congresso da UNE exporá as diversas posições, caso sejam seriamente discutidas. As divergências não podem ser motivos para se deixar de encarar a guerra, suas consequências econômico-sociais e os perigos de ultrapassar seus limites iniciais e dar margem à generalização, transformando-se em confronto direto dos Estados Unidos e demais membros da OTAN com a Rússia.

A Corrente Proletária Estudantil caracteriza a guerra como sendo de dominação, e, portanto, oposta a uma guerra de libertação. Como Corrente do Partido Operário Revolucionário (POR), vinculado ao Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), propõe que o 59º CONUNE discuta e aprove uma resposta proletária para o conflito. É fundamental deixar claro o conteúdo de classe da guerra e, consequentemente, a resposta programática do proletariado, que não se confunde com as manobras do imperialismo e com as diretrizes do governo russo. A guerra chegou ao ponto que amadureceram as condições objetivas para os explorados reagirem à catástrofe e levantarem a bandeira de paz sem anexação, sem nenhuma imposição do imperialismo. Somente a classe operária, dirigindo a maioria oprimida, pode pôr fim à guerra, impor a paz sem anexação e interromper a escalada militar. Qualquer confiança na possibilidade de uma solução que venha das partes em confronto, ou seja, dos Estados em confronto, desviará a classe operária do caminho da luta por uma paz sem anexação e sem os imperativos das potências.

O Congresso da UNE deve aprovar uma resolução com os seguintes pontos: 1) pelo fim da guerra na Ucrânia, por uma paz sem anexação e sem as imposições do imperialismo e do seu braço armado, a OTAN; 2) pelo desmantelamento da OTAN, revogação de todas sanções imposta à Rússia, autodeterminação, integridade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia; 3) unidade mundial da classe operária e dos demais trabalhadores para acabar com a guerra de dominação e interromper a escalada militar, impulsionada pelo imperialismo; 4) direito à autodeterminação dos povos e fim das opressões nacionais; 5) apoio aos movimentos grevistas e levantes que se colocam em defesa das condições de vida e trabalho e pela derrubada das contrarreformas capitalistas; 6) enfrentar as tendências direitistas e ultradireitistas fascizantes com a política do proletariado e sob a estratégia de poder próprio; 7) unificar a juventude oprimida em torno ao objetivo histórico da classe operária de acabar com a sociedade de classes e construir a sociedade sem classes, comunista.

Resolução sobre a situação nacional

Os delegados do Congresso devem decidir se a UNE aprova uma resolução mantendo a sua dependência ao governo petista, ou se colocando em uma posição de independência política e organizativa. A direção atual está pelo apoio ao governo e pela colaboração com sua política educacional, mas diz que preza pela independência da UNE. Trata-se de uma contradição insustentável e que deve ser claramente exposta no Congresso.

A ideia de que é necessário apoiar o governo Lula e a sua frente ampla para combater a ultradireita bolsonarista e defender a democracia oculta a política de conciliação de classes e de subordinação às relações políticas oligárquicas burguesas que

comandam o Estado. A direita e a ultradireita se potenciaram nas condições de fracasso dos governos anteriores, de Lula e Dilma, podendo tranquilamente desfechar o golpe de Estado em 2016. Não se combate e se vence as tendências ditatoriais e fascizantes da burguesia no campo da democracia burguesa, mas sim no campo da luta de classes. Não se pode confundir as bandeiras democráticas, que somente os explorados podem defender nos marcos do capitalismo em decomposição, com a defesa estratégica da democracia regida pelo poder econômico e que serve de sustentação à exploração patronal e à proteção da grande propriedade privada dos meios de produção. Nesse sentido, constata-se a ausência de luta pelas bandeiras democráticas, como direito irrestrito à greve, revogação de toda legislação contrária ao direito de organização e manifestação dos trabalhadores e da juventude, fim da criminalização do movimento camponês etc.

O governo Lula, por ser um instrumento do poder econômico, mantém o conjunto de restrições antidemocráticas, como as acima descritas. Lula foi eleito pela maioria explorada, mas governa entrelaçado à frente ampla burguesa, que inclui os partidos patronais de centro-direita, e submetido ao Congresso Nacional oligárquico. Apoiar um governo burguês, inevitavelmente, resulta em bloquear a luta dos explorados e da juventude oprimida pelo seu programa próprio de reivindicação. O argumento de que se trata de um governo em “disputa” não passa de palavreado e impostura para justificar a política de colaboração de classes e de prostração diante das medidas governamentais que descarregam a crise sobre os explorados, como acaba de ocorrer com a aprovação do Arcabouço Fiscal e o Marco Temporal. Lula, como Temer e Bolsonaro, estabeleceu suas diretrizes econômicas condicionadas pela dívida pública e pelos interesses do grande capital. Eis por que simplesmente desconheceu a reivindicação de parte de seus próprios aliados de que revogasse a reforma trabalhista e o Novo Ensino Médio.

O encolhimento de Lula diante das críticas do agronegócio e da exigência de que fosse taxativo na condenação das ocupações de terra expõe seus compromissos com o poder econômico e a sua subordinação à democracia oligárquica. O PT e o PCdoB foram incapazes de sequer mobilizar os sindicatos que comandam para pôr abaixo a reacionária CPI do MST, montada pelos bolsonaristas. Mais ainda, foram incapazes de organizar uma resistência de massa ao processo golpista chefiado por Bolsonaro e seus generais. A tentativa de golpe de 8 de janeiro fracassou, não devido a uma resposta do PT e aliados, mas porque a burguesia estava dividida e o próprio imperialismo não havia autorizado às Forças Armadas do Brasil que impedissem a posse de Lula. Essas considerações estão concretamente visíveis como a luz do dia.

A Corrente Proletária Estudantil propõe que o Congresso aprove a seguinte resolução: 1) rompimento da UNE com o governo; 2) estabelecimento da completa independência política, ideológica e organizativa diante do Estado, dos governos e dos partidos burgueses; 3) constituição de uma oposição revolucionária ao governo Lula; 4) aprovação de um programa

de reivindicações, que una a maioria da juventude, impulse o movimento de massa estudantil e edifique organismos verdadeiramente democráticos; 5) abertura de discussão sobre a necessidade histórica da revolução social e da luta pela constituição de um governo operário e camponês.

Resolução sobre a educação

O movimento estudantil foi perdendo com o tempo a compreensão da necessidade de defender o ensino público e gratuito. Em sua história, a reivindicação da expansão do ensino superior estatal comparecia com uma importância que hoje tem sido minimizada. Ocorre que o sistema privado foi ganhando espaço. Em nossos dias, o ensino superior público se tornou raquítico e o mercantil se agigantou. É o que mostram os números do censo do INEP de 2020: 87,6% (2153) são instituições privadas e 12,4% (304), públicas; dos 8,6 milhões de matrículas, 86% ingressaram no sistema privado. Observa-se, portanto, que o Estado e os governos de distintas posições políticas privilegiaram a educação empresarial. Poder-se-ia dizer que nos governos petistas anteriores houve a preocupação com a expansão da universidade pública, de forma que criaram o programa REUNI. Mas, o seu objetivo não passou de um verniz passado sobre a superfície da contradição entre a universidade pública e privada. Lula apostou de fato na expansão das matrículas privadas. Ofereceu aos capitalistas da educação um subsídio, ajustando o antigo FIES, criado no governo de Fernando Henrique Cardoso em 1999.

É necessário lembrar que o subsídio estatal aos empresários da educação foi estabelecido como parte da política educacional na ditadura militar, que havia enfrentado grandes mobilizações estudantis em defesa da ampliação da universidade pública. As mudanças econômicas e a ampliação da classe média urbana favoreceram os investimentos empresariais nos negócios educacionais. Para isso, o Estado vai se desencarregando da expansão do ensino superior público e apoiando a consolidação de uma rede privada que se implantou em todo o país. Esse processo está na base do raquitismo da universidade pública. Não houve apenas o fracasso do reformismo petista com seu programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), mas também o êxito em alavancar a rede privada com o FIES.

Ou o Congresso da UNE assume seriamente uma crítica e rejeição da política que protege o ensino privado e desguarnece o público, ou se manterá nos marcos da política que serve à mercantilização da educação. A luta pelo ensino público e gratuito se dá não apenas em torno às verbas e fim de qualquer subsídio, mas também, sobretudo, ao combate pela estigmatização sem indenização do sistema privado e constituição de um único sistema de ensino, público, gratuito e controlado por quem estuda e trabalha. O ensino a distância (EaD) se tornou um grande problema para a formação dos estudantes. De um recurso inicialmente marginal, o EaD ganhou uma projeção

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

estrutural no interior do ensino superior, e que tende a se espalhar para a educação básica. É reconhecido pelo INEP que o “número de matriculados em cursos a distância aumentou exponencialmente ao longo dos últimos anos”: mais de 2 milhões de jovens (53,4%) que ingressaram na rede pública e privada foram canalizados para os cursos a distância, assim 1,7 milhão (46,6%) optou pelo presencial. O número de vagas no EaD atingiu 13,5 milhões, portanto, um crescimento de 30% em relação a 2019, enquanto que o aumento de vagas presenciais foi apenas de 1,3%. Se esses dados não servirem para os delegados do Congresso rejeitarem por completo o EaD, não há como organizar o movimento estudantil sobre a base da defesa do ensino público, gratuito e científico. O EaD é a mais nova e poderosa expressão do capitalismo em decomposição.

É necessário distinguir claramente a utilização das novas tecnologias no processo educacional do EaD, que é uma forma de liquidar o ensino presencial e deformar completamente a função científica do ensino superior. São raras as universidades brasileiras que têm acompanhado e estruturado a utilização dos recursos mais avançados da tecnologia criada pelo capitalismo no último período. No entanto, todas estão empenhadas em abrir caminho e implantar o EaD. É claro que esse movimento destruidor da educação presencial corresponde a interesses econômicos enfiados nas mãos dos capitalistas. O que vale também para o Estado, que vem se desfazendo gradualmente da responsabilidade financeira voltada à manutenção do sistema público.

O EaD é a expressão mais acabada do divórcio entre a escola e a produção social, entre a teoria e a prática, entre o trabalho intelectual e o manual. Esse fenômeno ocorre nas condições em que a tecnologia superavançada se choca com as relações capitalistas de produção – com o sistema de propriedade privada dos meios de produção – e com as barreiras dos Estados nacionais. O que significa que as forças produtivas, das quais faz parte a tecnologia, têm de ser libertadas da camisa de força do domínio burguês sobre os meios de produção e, portanto, sobre a educação e a cultura.

Quanto mais se atrasar a revolução social e a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, mais o capitalismo libera as formas de barbárie. Qualquer resposta significativa à crise da educação e à enorme marginalização da maioria da juventude da educação e da cultura tem de partir dessa contradição. A luta pelo ensino público, presencial e científico certamente levará o movimento estudantil e as massas jovens a compreenderem os motivos de tamanho apodrecimento das relações sociais que envolvem o ensino e a educação. É dever da direção da UNE assumir essa responsabilidade histórica.

O 59º Congresso está diante da tarefa de aprovar uma resolução que contenha os seguintes pontos: 1) Por um único siste-

ma público, gratuito, científico e controlado por quem estuda e trabalha; 2) uma educação vinculada à produção, de forma que a teoria e prática estejam entrelaçadas; 3) estatização sem indenização do sistema privada do ensino; 4) fim do ensino a distância (EaD); 5) aplicação da tecnologia no processo de aprendizagem vinculada à produção social; 6) revogação de todas as medidas que impulsionam a privatização e a mercantilização do ensino; 7) por uma planificação educacional voltada ao objetivo econômico-social de superar as desigualdades de desenvolvimento regional.

Resolução sobre as opressões

Hoje, mais do que no passado, as diversas formas de opressão têm sido evidenciadas e setores da própria burguesia se encarregaram de encontrar formas de amenizá-las. Mas, é no interior da classe média que se gestam movimentos de denúncias, contestações e proposições dirigidas aos governantes e ao Congresso Nacional. As pressões sociais contrárias às discriminações da mulher, dos pretos, dos indígenas e dos homossexuais constituem um todo que expressa a raiz de classe das distintas opressões. No entanto, são tratadas fragmentária e isoladamente umas das outras, de forma a se manifestarem corporativamente. Essa segmentação política, ideológica e organizativa se encarrega de ocultar e mesmo contestar o caráter de classe das opressões. Nisso reside a inconsistência, a limitação e a fraqueza das organizações especificamente voltadas a tratar dos conflitos em torno à opressão racial, étnica, sexual etc.

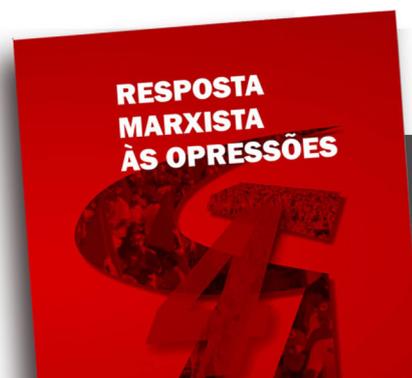
Ao não se admitir que as particularidades das diferentes formas de opressão se entrelaçam e têm uma base comum, as respostas se perdem no corporativismo e são defendidas à margem da luta de classes, ou mesmo contrapondo-se ao combate do proletariado e dos demais trabalhadores contra a opressão capitalista. Acredita-se que a aprovação de algumas leis, que formalmente penalizam os atos de discriminação moral e cultural e que penalizam ainda mais a violência física, levaria à igualdade e à superação das opressões, que supostamente não seriam de classe.

É preciso reconhecer que importantes leis foram adotadas nas últimas décadas para coibir as discriminações e a violência. Também houve um esforço ideológico em educar a população no sentido de reconhecer as distintas discriminações. Experiências como as da adoção de cotas raciais de ingresso nas universidades comprovam que nada alteram nas relações sociais de onde emergem as discriminações. É constatável o fracasso desse critério, que também é discricionário, em relação à imensa maioria de jovens negros que não têm acesso ao ensino superior pela sua condição de classe oprimida. É o caso também

Publicado o livro:

RESPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

da criação das instituições de proteção, propiciadas pela Lei Maria da Penha, que, sem dúvida, prestam auxílios a milhares de mulheres perseguidas, ameaçadas e golpeadas por seus companheiros, sem que as agressões e os feminicídios tenham reduzido e indicado um horizonte de fim da opressão sofrida pela mulher.

O pressuposto de que a criminalização, a penalização, a educação e as medidas limitadamente protetivas possibilitariam um processo civilizatório de igualdade da mulher, dos negros, dos indígenas e dos homossexuais alcançou apenas o nível da denúncia, das condenações e da ascensão social seletiva. Não se pode avaliar que essa via de fato leva à eliminação das opressões. E o motivo se encontra na divisão de classes própria do capitalismo, fonte de todo tipo de desigualdade social e, portanto, de discriminação. Se não se combate a opressão histórica sobre a mulher, raça e nacionalidade como parte da luta de classes do proletariado voltada à revolução social, se alimenta a ilusão de que a burguesia é capaz de promover o processo civilizatório capitalista ao ponto de eliminar tais opressões. Essa falsa perspectiva é típica do reformismo arcaico e contrarrevolucionário.

A UNE tem servido à política corporativa do PT e aliados diante das opressões, muito bem explorada para fins eleitorais. Contribuem para isso as correntes de esquerda que também separam as referidas opressões da opressão de classe.

O Congresso da UNE está diante da tarefa de realizar um balanço da política corporativa adotada e do fracasso das medidas tomadas pelo Estado para coibir as discriminações e favorecer em particular uma pequena camada das massas negras ao acesso à universidade. É correto e necessário exigir que a lei das cotas seja aplicada, mas reconhecendo que não resolve absolutamente nada quanto à igualdade racial e, portanto, ao fim das discriminações. É preciso reconhecer também que as cotas refletem o corporativismo dos movimentos contrários à discriminação. E deve, finalmente, reconhecer que a questão das opressões tem sido fartamente utilizada para o carreirismo e o oportunismo eleitoral.

O Congresso deve aprovar uma resolução que de fato impulsione a juventude a lutar contra a opressão de classe e as consequentes discriminações. A Corrente Proletária Estudantil propõe lutar por: 1) unificar os movimentos contrários às opressões em uma só força de combate às discriminações, tendo por base o programa da revolução social; 2) emprego a toda a juventude, combinado com os estudos; 3) trabalho igual, salário igual; 4) revogação da reforma trabalhista e previdenciária, que empurra a juventude às relações de trabalho mais precarizadas e mais opressivas; 5) proteção à maternidade, direito ao aborto garantido pelo Estado, superação da dupla jornada de trabalho e condições que permitam combinar o trabalho, a maternidade e os estudos.

Resolução sobre o movimento estudantil

O movimento estudantil é identificado por suas lutas coletivas, reivindicações, organização, democracia sindical e conquistadas. Essas qualidades certamente se expressam por meio do método da ação direta, que indica a capacidade de união, coesão e combatividade. Há um fator, porém, de extrema importância que diz respeito à sua direção política. Há uma interdependência entre o movimento estudantil vivo e a linha traçada no interior de suas organizações. Utiliza-se a noção de movimento estudantil, do ponto de vista formal, ou seja, de um movimento estudantil que de fato não existe como tal. É nesse ponto que ganha relevância a avaliação da direção e da organização que vai da base (CAs e DCEs) ao topo (UNE). O movimento estudantil se caracteriza como tal quando transcende o localismo da luta e se projeta nacionalmente. O que implica que a direção nacional esteja em constante combate ao localismo e ao corporativismo burocrático que prevalece na vida diária dos Centros Acadêmicos. A realidade indica que a direção da UNE, para sustentar sua política de colaboração de classes, de subordinação ao que se passa no parlamento oligárquico e de adaptação ao capitalismo, necessita da estrutura e funcionamento vertical e burocrático.

A função da UNE está em organizar a luta nacional da juventude estudantil. Pode ser que parta de uma ação local ou regional. O dever da direção geral, e para isso o movimento estudantil criou a UNE, em 1937, pouco antes da instalação da ditadura do Estado Novo, sob o comando de Getúlio Vargas, é a de dar expressão nacional às questões da educação e do acesso da juventude à universidade em todo o país. Aí se encontra a raiz incipiente da necessidade da criação das universidades em conformidade com o desenvolvimento das forças produtivas. Abriu-se um longo processo de politização e organização dos estudantes universitários.

É importante assinalar que a UNE levou o movimento estudantil a se chocar com determinados governos e teve de passar pela vicissitude da ditadura militar. A reorganização realizada após o fim do regime ditatorial contou com a mobilização estudantil em torno às bandeiras democrático-burguesas. A intervenção das massas jovens exigindo o fim da ditadura e a volta da democracia se deram sob a direção da frente burguesa, que concentrou a mobilização erguendo a bandeira de “Diretas Já”. A retomada da democracia, no entanto, não serviu para resolver as questões estruturais da universidade e do ensino em geral. Encontram-se à luz do dia os sinais de sua decomposição.

Nesse marco, a direção da UNE, não só tem demonstrado incapacidade para pôr em pé um movimento estudantil atuante



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

n° 10
ago 2020

O novo número da revista da Corrente Proletária, se constitui em uma ferramenta ideológica e prática na luta por erguer uma nova direção para os movimentos da Educação, como parte da tarefa de construção do Partido Operário Revolucionário e reconstrução da IV Internacional, o partido mundial da revolução socialista.

te, como o tem bloqueado com sua política de adaptação ao capitalismo, ao eleitoralismo e à governabilidade burguesa. Isso explica o predomínio do corporativismo que separa a universidade do restante da educação, bem como mantém atomizados o descontentamento e as reações locais dos estudantes.

A burocratização que engessou a UNE se manifesta como consequência de uma política pequeno-burguesa submetida às contradições do capitalismo, e, ao mesmo tempo, comparece como causa da quase completa paralisia do movimento estudantil. As tendências autoritárias no interior das universidades se fortaleceram, sem que a UNE encabeçasse um movimento nacional pela real autonomia e democracia universitárias.

Um balanço rigoroso demonstrará que o bloco PCdoB-PT, que dirige a UNE há muitos anos, se mostrou impotente para responder com o método a ação direta das massas às posições reacionárias, antioperárias e antipopulares, do governo Bolsonaro e do bolsonarismo, principalmente nos dois anos de pandemia. Seguiu as bandeiras do Fora Bolsonaro e do Impeachment, contando com a disputa eleitoral que mais à frente viria. Cedeu e serviu à política da oposição burguesa do isolamento social quando os explorados forçosamente tinham de ir ao trabalho e enfrentar a contaminação viral. Refugiou-se no mundo virtual, como toda a burocracia que fechou as portas dos sindicatos. As massas jovens sofreram duramente com o aumento do desemprego, do subemprego e da informalidade, que continuam a castigá-las. E, agora, vai às últimas consequências com o servilismo pequeno-burguês sujeitando a UNE ao governo burguês de Lula e da frente ampla.

Sem uma política de independência diante do Estado, as organizações estudantis foram submetidas à burocracia universitária das instituições públicas sob a máscara de autonomia administrativa e de eleição fraudulenta do reitor. Não há como separar a democracia do movimento estudantil da tarefa voltada à defesa do ensino público, do fim do ensino privado e pela instituição da plena autonomia universitária.

O 59º Congresso da UNE tem de enfrentar a crise de direção instalada. Não pode admitir a continuidade de uma direção que se curva diante do sistema privado de ensino e da implantação do EaD.

A síntese da tese da Corrente Proletária Estudantil foi escrita de acordo com o critério exigido pelos organizadores do Congresso da UNE. Nas condições difíceis de participação, devido a extrema burocratização como se deu o processo de eleição de delegados e às nossas próprias falhas, ainda conseguimos o apoio consciente de 102 estudantes que assinaram a tese-síntese. É a demonstração de que um trabalho sistemático da Corrente Proletária Estudantil em defesa do programa proletária para a educação tem tudo para se potenciar como uma força política no interior do movimento estudantil. A tese desenvolvida e a tese-síntese, certamente, marca uma retomada da luta do POR para expressar a política da classe operária junto à juventude oprimida. O seu estudo demonstrará o que diferencia as teses proletárias para a educação das teses pequeno-burguesas e burguesas.

Reproduzimos abaixo a tese-síntese.

Tese da Corrente Proletária Estudantil/POR para o 59º Conune

Romper com o governismo para erguer uma UNE independente, democrática e combativa

Principais objetivos e tarefas do CONUNE

1. Aprovar linha estratégica clara de independência da UNE diante do Estado, do governo e das forças políticas burguesas.

O Congresso tem o dever de rechaçar a direção que submete a UNE à política do governo Lula. Essa é a questão central do movimento estudantil. Deve aprovar uma resolução que responda aos seguintes pontos: 1) constituir uma direção sobre a base de uma tese e uma linha política que desenvolva a luta nacional dos estudantes em completa independência diante do governo Lula, do Estado e do conjunto das forças burguesas; 2) reconstituir a democracia sindical baseada na soberania das assembleias e nos congressos desburocratizados; 3) instituir a assembleia universitária como organismo de poder das universidades; 4) lutar pelo programa da autonomia e democracia universitárias; 5) estabelecer um governo tripartite, eleito diretamente pelos estudantes, professores e funcionários, com revogabilidade do mandato e reconhecimento da soberania da assembleia universitária; 6) realizar campanhas sistemáticas em defesa do acesso universal do ensino superior, com o fim do vestibular, como parte da luta pela combinação do trabalho como os estudos.

Campanhas imediatas

O Congresso deve determinar à direção eleita as seguintes campanhas imediatas:

1) Pelo fim da guerra na Ucrânia; 2) revogação das contrarreformas de Temer e Bolsonaro; 3) derrubada do Novo Ensino Médio; 4) rejeição ao Arcabouço Fiscal e o Marco Temporal; 5) emprego à juventude, fim da informalidade e estabilidade; 6) Fim do vestibular, acesso universal ao ensino superior, condições de permanência dos jovens nos estudos, fim do EaD e pelo sistema único de educação, público, gratuito e científico vinculado à produção social; 7) fim das discriminações, trabalho igual salário igual, proteção à maternidade; 8) pela organização de uma frente única anti-imperialista.

Romper a dependência da UNE com o governo burguês de Lula e a frente ampla que o sustenta;

2. Defender um sistema único, público, gratuito e científico de educação, vinculado à produção social e sob o controle de quem estuda e trabalha;

3. Aprovar um programa de reivindicações que unifique a

CONTINUA →

maioria da juventude em torno ao acesso universal e à permanência no ensino superior. Estabelecer os métodos de luta que impulsionem o movimento estudantil (ME) em defesa de suas necessidades e reivindicações.

4. Definir o conteúdo da real autonomia e democracia universitárias, como autogoverno, com soberania da assembleia universitária e poder de controle sobre a direção das universidades.

5. Restabelecer a democracia sindical e o controle das bases estudantis sobre a direção. Por CONEGs e Congressos que expressem as reais forças políticas do ME.

6. Eleger uma direção independente do governo, democrática e combativa.

Estratégia de independência da UNE

Diante do governo de frente ampla burguesa de Lula a UNE deve resguardar completamente a sua independência política, ideológica e organizativa. O que significa concretamente lutar contra sua política educacional de sustentar o sistema privado de educação e manter os obstáculos sociais, educacionais e institucionais que impedem a maioria da juventude de ter acesso ao ensino superior. Qualquer que seja o governo burguês, de direita, ultradireita ou esquerda, se guiará pela diretriz educacional que protege o sistema privado de ensino em detrimento do público. Apoiar o governo Lula resulta em manter a exploração capitalista do trabalho, a grande propriedade privada dos meios de produção e a situação de pobreza e miséria que condiciona a existência da maioria oprimida. A juventude e o ME devem se colocar sob a estratégia de poder próprio da classe operária que virá da revolução social. Somente assim, a educação abarcará todos e se vinculará à produção social. A linha que expressa a luta independente da juventude como parte da luta do proletariado é a da constituição de uma oposição revolucionária ao governo Lula, sob a estratégia própria de poder, por um governo operário e camponês.

Programa de reivindicação

A base do programa de defesa do ingresso de toda a juventude à universidade é a da constituição de um sistema único, público e gratuito. Estatização do sistema privado para o acesso universal ao ensino superior. Se a UNE lutar pelo fim do vestibular e contra toda forma de

discriminação social e cultural, terá de lutar pelo fim do sistema empresarial de educação. Trata-se de combater a política que impõe o Novo Ensino Médio, o EaD e as contrarreformas que cortam recursos da educação pública. A outra condição fundamental é a garantia de trabalho a todo jovem e uma jornada combinada com os estudos. A superexploração, o desemprego e subemprego impedem que a maioria prossiga os estudos. Essa é a base para a defesa das reivindicações mais elementares, como moradia, alimentação, creche, bolsas etc.

Autonomia e democracia universitárias

A universidade deve ser controlada por quem estuda e trabalha. Esse é o conteúdo real da autonomia e da democracia universitárias. A assembleia universitária é o órgão máximo de decisão e de soberania. O que implica a luta por um governo tripartite da universidade, eleito diretamente por estudantes, professores e funcionários e com mandato revogável por aqueles que o elegeram. Responderá em última instância à assembleia, e não ao Estado e à burocracia universitária, e se garantirá a liberdade de cátedra. Não se pode confundir a real autonomia e a democracia universitárias com a caricatura que se implantou com a figura do reitor e dos conselhos. A assembleia universitária e o governo tripartite são partes fundamentais do programa operário para a educação.

Democratização da UNE

A desburocratização e a desestatização da UNE dependem da luta pela constituição de uma direção classista e revolucionária. A direção colaboracionista, governista e subordinada à política do reformismo burguês é a responsável pela ausência da democracia sindical. Os Congressos expressam a orientação política que restringe o programa pra educação à minoria e que segue a estratégia burguesa ditada pelo controle empresarial sobre o ensino. Este 59º CONUNE foi montado à imagem e semelhança da direção subordinada ao PCdoB e PT para não discutir amplamente nas universidades a estratégia de apoio ao governo de frente ampla e suas consequências desastrosas para a educação. A tarefa da vanguarda com consciência de classe é a defesa dos fundamentos programáticos e da organização de um ME de oposição classista, desde as bases, dos CAs e DCEs.



Revista Proletária na Educação

n° 9
Set 2019

O nono número da Revista Proletária revela os fundamentos ideológicos e objetivos econômicos que estão na base do avanço ao obscurantismo, à militarização e à privatização em todos os níveis do ensino. Desenvolve, fundamentalmente, as bandeiras e os métodos que estão na base do programa do proletariado, para construir uma nova educação produto da revolução proletária, e da construção do socialismo.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Nesta edição:

- Bolívia:

O regime burguês já não tem nada a oferecer

- Trotsky:

O direito à autodeterminação

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia

O regime burguês já não tem nada a oferecer

A impostura MASista, seu “modelo econômico, social e produtivo”, se esgotou. O MAS está morrendo travado em uma luta de morte entre evistas e arcistas, para que o Poder continue agredindo os recursos do Estado.

A razão fundamental do fracasso do reformismo MASista é seu respeito, defesa e proteção da propriedade privada burguesa sobre os meios de produção e a exploração de nossos recursos naturais pelas multinacionais imperialistas. Recordamos como Evo Morales e o MAS estrearam propagando aos quatro ventos e explicitamente perante à burguesia e ao imperialismo o seu respeito à grande propriedade privada, juntamente com todas as outras formas de propriedade existentes em nossa realidade de país capitalista atrasado: a média, a pequena, a estatal, a comunitária. Assegurou à burguesia e ao imperialismo uma garantia de estabilidade política e social, dissipando seus temores pela presença de um indígena cocalero na presidência. Acabou como “sócio” das multiacionais, adulado pelos agroindustriais do Oriente e empresários privados.

O conteúdo de classe de um partido, no caso o MAS, é determinado pela posição que assume diante da propriedade privada

dos meios de produção. O masismo é apenas mais uma variante da política burguesa camuflada, para enganar os oprimidos, como defensora dos valores ancestrais das nações originárias oprimidas pela burguesia branca racista. Mas sem tocar na base econômica burguesa.

Trata-se do fracasso da burguesia incapaz, nas condições de dominação do imperialismo sobre os países atrasados do capitalismo, em superar o atraso e a miséria no país. Em essência, as abordagens da velha e exausta direita neoliberal não são diferentes das do MAS. Ambos são camponeses pró-burgueses e pró-imperialistas.

Isso não impede que os porta-vozes da velha direita neoliberal voltem à falsa discussão de “resgatar” os princípios do “liberalismo clássico” e da “democracia pluralista”. Que o Estado não interfira nos assuntos da livre iniciativa, exceto, é claro, para lhe conceder a maior proteção.

*Não à velha direita racista! Não ao enorme impostor!
Pelo Governo Operário e Camponês de todos os oprimidos!*

Damos continuidade à publicação de formulações marxista-leninista-trotskyista sobre o conteúdo de classe das guerras da época imperialista, do direito à autodeterminação e da paz sem anexação. No jornal Massas 690, publicamos o prefácio do folheto de Trotsky “A Guerra e a Internacional”, de 1914. Seleccionamos algumas formulações que aparecem no decorrer do folheto, especialmente sobre a questão da anexação. No jornal 691, editamos a apresentação do documento “O Programa para a Paz”, de 1917, e os tópicos

“O que é o programa de paz” e “Status quo ante bellum”. Agora, concluimos a edição desse escrito de Trotsky, dedicado à questão da paz, que corresponde à discussão sobre o direito à autodeterminação, aos Estados Unidos Socialista da Europa e um posfácio de 1922, quando a revolução triunfante havia completado cinco anos. Nota-se que o posfácio se fez necessário para afirmar a tese marxista-leninista de que “a revolução proletária não pode expandir-se vitoriosamente nos marcos nacionais”.

O Programa de Paz (Leon Trotsky, novembro de 1917)



III O direito à autodeterminação

Anteriormente, vimos que a socialdemocracia não pode dar um único passo progressivo no campo dos agrupamentos nacionais e estatais sem a defesa do princípio da autodeterminação, que é o direito de cada povo escolher seu destino estatal, ou seja, o direito de se separar de um estado que domina várias nacionalidades (por exemplo: Rússia e Áustria).

Do ponto de vista da democracia, a única maneira de conhecer a vontade de um povo é consultá-lo através do referendo. Mas, na realidade, essa obrigação democrática continua a ser

puramente formal. Nada nos diz sobre as reais possibilidades, os caminhos e os meios, da autodeterminação nacional nas condições atuais da economia capitalista. E é justamente aí que reside o centro de gravidade da questão.

Se não para a maioria das nações oprimidas, para muitas delas a autodeterminação significa a quebra de fronteiras e o desmembramento das potências atuais. Este princípio democrático conduz, em particular, à libertação das colônias. A política imperialista visa ao alargamento das fronteiras, à absorção de nações fracas e à conquista de novas colônias. O imperialismo é expansivo e ofensivo por natureza, e se caracteriza por esse fundamento, não pelas manobras tortuosas dos diplomatas.

Dessa forma, o princípio da autodeterminação nacional, que leva, em muitos casos, à descentralização estatal e econômica (desmembramento, declínio), choca-se violentamente com os esforços centralizadores do imperialismo que possui o aparato de poder e a força militar. É verdade que o movimento separatista nacional encontra muitas vezes apoio no imperialismo do estado vizinho. Mas esta ajuda só se revela eficaz no caso de mudanças na relação das forças militares. A partir do momento em que se atinge um embate entre duas potências imperialistas, as novas fronteiras são definidas, não com base no princípio nacional, mas no das atuais relações de forças. Forçar o vencedor a renunciar à anexação dos territórios conquistados é tão difícil quanto forçá-lo a oferecer antecipadamente liberdade de escolha às províncias ocupadas. Mesmo que ocorresse o milagre (é o que dizem os semi-fantásticos e semi-canalhas do tipo Hervé) de que a Europa, pela força das armas, fosse dividida em governos nacionais perfeitos, a questão nacional também não estaria resolvida. No dia seguinte, após uma distribuição “equitativa”, a expansão capitalista retomaria seu trabalho, os conflitos se multiplicariam, as guerras eclodiriam com novas conquistas, e isso seria o esmagamento definitivo do direito à autodeterminação, para o qual não há baionetas suficientes para defendê-la.

Isso seria como forçar os jogadores profissionais, no meio de um jogo “leal”, a distribuir seus ganhos para reiniciar o jogo com o dobro de meios para trapacear.

Mas, diante do poder das tendências centralizadoras do imperialismo, não se segue que devamos nos curvar a elas. A coletividade nacional é um lar vivo da cultura, tanto quanto a língua nacional seu organismo vivo, e ambos mantêm seu significado por um tempo indeterminado de períodos históricos. A socialdemocracia quer e deve, no interesse da cultura material e espiritual, garantir a liberdade de desenvolvimento (ou de formação), porque expropria da burguesia revolucionária o princípio democrático da autodeterminação como dever político.

O direito à autodeterminação não deve ser separado do programa proletário de paz, mas não pode pretender ter um significado absoluto. Pelo contrário, para nós é limitado pelas tendências progressistas do desenvolvimento histórico. Embora o “direito” deve se opor (no plano da luta revolucionária) aos métodos centralizadores do imperialismo, o proletariado, por outro lado, não pode tolerar que uma “fronteira nacional” se interponha no caminho progressista do planejamento da economia mundial. O imperialismo é a expressão capitalista e voraz dessa tendência da economia. O absurdo da limitação nacional deve ser superado definitivamente, assim como foi superado o absurdo da limitação da aldeia e do distrito. Ao lutar contra as formas imperialistas de centralização econômica, o socialismo não só não ataca essa tendência, como, ao contrário, faz dela seu princípio orientador.

Do ponto de vista do desenvolvimento histórico, bem como das questões colocadas à socialdemocracia, a tendência centralizadora da economia atual mostra-se fundamental, e deve ser garantido o cumprimento de sua missão histórica: a construção de uma economia mundial integrada, independentemente das ramificações nacionais, sujeita apenas às exigências do solo, do subsolo, do clima e da distribuição do trabalho. Os poloneses, sérvios, alsacianos, dálmatas, belgas e outros pequenos povos não conquistados poderão ter os seus direitos e fronteiras restaurados e poderão desfrutar da sua própria cultura, desde que não disputem economicamente uns contra os outros. Noutras palavras, para que a união destes povos elimine a concorrência entre eles, as fronteiras que até agora os aprisionavam têm de ser destruídas. É necessário que os quadros do Estado, enquanto organização econômica e não nacional, sejam alargados e abranjam toda a Europa. Somente com a união econômica dos países europeus, livres de restrições alfandegárias, é possível realizar uma cultura e um desenvolvimento nacionais livres de antagonismos nacionais e econômicos.

Essa dependência direta da autodeterminação dos povos fracos nega ao proletariado a possibilidade de colocar o problema, por exemplo, da independência da Polônia ou da união dos sérvios à margem da revolução europeia. Mas isso significa, por outro lado, que o direito à autodeterminação, como parte constituinte do programa proletário de paz, tem um caráter não “utópico”, mas revolucionário. Essa concepção é dirigida, em primeiro lugar, contra os alemães David e Landsberg que, do alto de seu “realismo” imperialista, tratam o princípio da independência como um romantismo reacionário; em segundo lugar, contra os simplificadores do nosso próprio campo revolucionário, que declaram que este princípio só é realizável pelo socialismo e, assim, se abstêm da necessidade de dar uma resposta baseada em princípios aos problemas nacionais colocados pela guerra.

Entre o atual Estado geral e o socialismo, se estende a grande época da revolução social, isto é, a da luta aberta do proletariado pela conquista do poder e o uso dele para a democratização das relações coletivas e a conversão da sociedade capitalista em uma sociedade socialista. Não será uma época de paz e de calma, mas, pelo contrário, um período de extrema tensão, o da revolta dos povos, das guerras, da expansão das tentativas do regime socialista, das reformas socialistas. Esta época exigirá do proletariado uma resposta direta e ativa à questão colocada pelas condições futuras da existência das nações e das relações mútuas com o governo e a economia.

IV Os Estados Unidos da Europa

Tentamos estabelecer antes que a união econômica e política da Europa é a base indispensável para a possibilidade de autodeterminação nacional. Assim como a palavra de ordem de independência nacional para sérvios, gregos, búlgaros etc. não passa de pura abstração sem a bandeira complementar de “República Federativa dos Balcãs”, na escala europeia, o direito à autodeterminação só terá coerência nas condições de uma República Federativa Europeia.

Se o lema de uma democracia federativa era de essência exclusivamente proletária nos Balcãs, é com maior razão no resto da Europa, onde o antagonismo capital-proletariado é incomparavelmente mais forte.

A abolição das alfândegas “internas” é uma dificuldade mais ou menos insuperável para a política burguesa (e, sem ela, todas as arbitragens e códigos são tão eficazes quanto a neutralidade belga). O esforço para a união do mercado europeu e o de apropriar-se dos países atrasados não europeus, ambos criados pelo desenvolvimento do capitalismo, chocam-se com a grande resistência das classes capitalista e agrária, nas mãos das quais o aparelho alfandegário junto com o aparelho militar (sem o qual o primeiro não é nada) é um instrumento insubstituível de exploração e enriquecimento.

A burguesia financeira e industrial húngara se opõe à união econômica com a Áustria, muito mais desenvolvida no seu sistema capitalista. A burguesia austro-húngara é hostil a uma união alfandegária com a Alemanha, muito mais forte. Os partidos que defendem os latifundiários alemães nunca consentirão voluntariamente com a abolição dos impostos sobre o trigo. Que os interesses econômicos das classes proprietárias dos impérios centrais não se harmonizam facilmente com os dos capitalistas anglo-franco-russos é eloquentemente demonstrado pela presente guerra. A discordância dos interesses capitalistas dentro do próprio campo aliado é ainda mais visível do que entre os partidários da Tríplice Aliança. Nestas condições, uma união econômica europeia realizada a partir de cima não passa de pura utopia. Estas só podem ser medidas e compromissos parciais. Essa união, fonte de desenvolvimento tanto da produção quanto da cultura, só pode ser realizada pelo proletariado combatendo o protecionismo imperialista e seu instrumento, o militarismo.

Os Estados Unidos da Europa, sem monarquia, sem exército permanente e sem diplomacia secreta, é a cláusula mais importante do programa de paz proletário.

A ideologia e a política do imperialismo alemão promoveram mais de uma vez um programa dos “Estados Unidos”, ou seja, dos Estados da Europa Central. A união da Europa pela violência é tão característica deste programa como a dos franceses que defendem o desmembramento da Alemanha.

Se os exércitos alemães tivessem conseguido aquela vitória decisiva no início da guerra, o imperialismo alemão teria feito a gigantesca tentativa de realizar a aliança aduaneira e militar dos Estados europeus, baseada em extorsões e compromissos que teriam tirado todo o caráter progressista ao mercado europeu. Desnecessário dizer que, em tais circunstâncias, não seria possível falar de autonomia das nações, assim forçosamente unidas como a caricatura dos Estados Unidos europeus. Essa possibilidade tem sido levantada contra nós, sob o pretexto de que nossa ideia pode, sob certas condições, assumir uma realidade “reacionária” do imperialismo monárquico. É justamente essa perspectiva que apresenta o mais forte argumento a favor da possibilidade de realização da nossa consigna. Se o militarismo alemão unisse metade da Europa com violência, qual seria a consigna do proletariado europeu? A ruptura da forçada União Europeia e o regresso dos povos ao isolamento nacional? O restabelecimento das alfândegas “autônomas”, das moedas “nacionais”, de um código social “nacional”? Obviamente que não. O programa revolucionário implica a destruição da forma antidemocrática de uma união realizada mediante a violência. Em outras palavras, a nossa consigna: sem exército permanente e sem monarquia, é a consigna unificadora e diretriz da revolução europeia.

Tomemos a segunda hipótese, “resultado indefinido”. No início da guerra, o eminente Professor List, propagandista da “Europa Unida”, mostrou que, mesmo que a Alemanha não vencesse, a união seria feita e seria ainda mais completa. Impulsões por suas necessidades de expansão, mas incapazes de se arremeter uns contra os outros, os Estados europeus continuariam a cumprir sua “missão” na África, no Extremo Oriente e na Ásia, e seriam contidos pelos EUA e pelo Japão. Portanto, a necessidade de se chegar a um acordo (segundo List) no plano econômico forçaria as grandes potências a se unirem contra as nações fracas e isso, evidentemente, sobretudo contra as massas trabalhadoras. Já mostramos os enormes obstáculos para a realização deste programa. A superação desses obstáculos, ainda que de forma tímida, significaria a criação de um truste imperialista das potências europeias, de uma camaradagem entre bandidos. E é esta perspectiva a que nos opõem, para denunciar o perigo que a consigna dos “Estados Unidos da Europa” representaria, quando, na realidade, é a demonstração mais clara do seu significado realista e revolucionário. Se as potências capitalistas se reunissem em um truste, seria de fato um passo adiante em relação à situação atual, porque daria uma base material e coletiva para o movimento operário. Nesse caso, o proletariado não precisaria mais lutar contra o retorno a um governo nacional, mas pela conversão de um truste em uma República Federativa Europeia.

De cima [Nas altas esferas imperialistas], fala-se cada vez menos destes amplos planos para a unificação da Europa, na medida em que a guerra se prolonga, pondo a nu a total incapacidade do militarismo para abordar as questões que provocaram a guerra. Em vez dos “Estados Unidos” imperialistas, formulam-se planos de união econômica entre Alemanha e Áustria, de um lado, e dos países da Entente, de outro, com suas tarifas e deveres de guerra complementados com o militarismo dirigido uns contra os outros. Depois do que acabamos de dizer, não vale a pena insistir no enorme significado que a política do proletariado teria na luta contra as barreiras alfandegárias e diplomáticas. Agora, depois da enorme esperança suscitada pela revolução russa, temos motivos para pensar que, no decurso desta guerra, se desenvolverá um grande

movimento operário na Europa. É claro que este só pode esperar a vitória sendo pan-europeu. Se ficar no quadro da nação, expõe-se à derrota. Nossos social-patriotas chamam a atenção para o perigo que o militarismo alemão representa para a revolução russa. Esse perigo é indiscutível, mas não é o único. Os militarismos inglês, francês e italiano não são menos perigosos do que a máquina de guerra Hohenzollern. Para ser salva, a revolução russa deve se espalhar por toda a Europa. Se o movimento revolucionário afeta a Alemanha, seu proletariado deveria buscar e encontrar um eco revolucionário nos países “hostis” do Ocidente, e se em um desses países os proletários arrancassem o poder da burguesia, eles seriam obrigados a socorrer seus irmãos nos outros países, ainda que apenas para preservar seu poder. Em outras palavras, a instauração da ditadura do proletariado só é “imaginável” em sua expansão por toda a Europa, portanto, sob a forma de uma República Federativa Europeia. A União Europeia, não realizada pela espada e pelos acordos diplomáticos, será o problema incontornável que o proletariado vitorioso enfrentará.

Os Estados Unidos da Europa, tal é a consigna da era em que acabamos de entrar. Quaisquer que sejam as operações militares, quaisquer que sejam os balanços que a diplomacia venha a mostrar, seja qual for o momento de desenvolvimento do movimento operário, a consigna dos “Estados Unidos da Europa” terá um enorme significado como fórmula para a luta do proletariado europeu pela conquista do poder. Nesse programa, está expresso o fato de que o Estado nacional sobreviveu a si mesmo – como estrutura para o desenvolvimento das forças produtivas, como base para a luta de classes e, portanto, também como forma estatal da ditadura do proletariado. Nossa rejeição à “defesa da pátria” deixa de ser um ato puramente negativo de autodefesa ideológica e política, e só assume todo o seu significado revolucionário se opusermos, à defesa conservadora de uma pátria nacional obsoleta, a concepção muito mais elevada de “pátria” da revolução, a república europeia, na qual só a sua emergência permite ao proletariado revolucionar e organizar o mundo.

Esta é a resposta àqueles que dogmaticamente perguntam: “Por que a unificação da Europa e não a do mundo inteiro?” A Europa não é apenas uma denominação geográfica, mas uma coletividade econômica e uma cultura histórica. A revolução europeia não tem de esperar pela revolução na Ásia e na África, nem na América e na Austrália. Uma revolução vitoriosa na Rússia ou na Inglaterra é imprescindível sem uma revolução na Alemanha, e vice-versa. A guerra chama-se mundial, mas, mesmo com a intervenção dos EUA, é europeia apesar de tudo. Os problemas revolucionários continuam a colocar-se ao proletariado europeu.

É evidente que os Estados Unidos da Europa serão apenas um dos dois eixos da organização econômica mundial. O segundo é constituído pelos Estados Unidos da América.

A única concepção histórica, algo concreta contra a consigna de “Estados Unidos” foi formulada pelo jornal socialdemocrata suíço nos seguintes termos: “O desenvolvimento econômico e político desigual é uma lei absoluta do capitalismo”. O jornal tira daí a conclusão de que, embora a vitória do proletariado seja possível em todos os países, não se conclui fatalmente disso que essa ditadura proletária deva levar à formação dos Estados Unidos da Europa. Que o desenvolvimento capitalista é desigual nos diferentes países é uma concepção absolutamente indiscutível. Mas essa desigualdade é em si desigual. Os níveis capitalistas na Inglaterra, Áustria, Alemanha e França não são os mesmos. Mas, em relação à Ásia e à África, essas nações representam uma “Europa” capitalista madura para a revolução. Que cada nação não “espere” pelas outras em sua luta é um pensamento elementar que é bom e indispensável repetir, para que a ideia de um internacionalismo paralelo não se transforme num internacionalismo vacilante. Sem esperar pelos outros, continuamos a nossa luta com a firme convicção de que a nossa iniciativa dará o impulso desejado à luta de outros países; se isso não acontecesse, seria exasperante pensar (como atestam a

experiência histórica e as concepções teóricas) que, por exemplo, a Rússia revolucionária poderia encontrar-se diante de uma Europa conservadora, ou que a Alemanha socialista poderia continuar isolada num mundo capitalista.

Enxergar as perspectivas da revolução social apenas dentro dos limites nacionais significa sucumbir à mesma estreiteza nacional, que é o conteúdo do social-patriotismo. Vaillant considerava a França como a terra prometida da revolução social e, nesse sentido, a defendia até o fim. Lentsch e outros, alguns hipocritamente, outros sinceramente, acreditavam que a derrota da Alemanha significaria, acima de tudo, a destruição dos próprios fundamentos da revolução social. Afinal, os nossos Tsereteli e Chernov, introduzindo entre nós a lamentável experiência do ministerialismo francês, juram que a sua política serve à causa da revolução e nada tem em comum com a política de Guesde e do Sembat. Não se deve esquecer que o social patriotismo, juntamente com um reformismo vulgar, contém um messianismo nacional-revolucionário que considera seu próprio país (pela indústria, ou por suas formas democráticas, ou por suas conquistas revolucionárias) como o único escolhido para guiar a humanidade em direção ao socialismo ou à democracia. Se uma revolução vitoriosa fosse “imaginável” nos limites de uma nação mais bem preparada, tal messianismo, vinculado ao programa de defesa nacional, encontraria sua justificativa histórica. Mas ele não a possui. Lutar com tais métodos para preservar a base nacional da revolução, métodos que rompem os laços internacionais do proletariado, é praticamente minar a revolução que só pode começar sobre uma base nacional, mas que não pode expandir-se plenamente devido à interdependência econômica e político-militar dos Estados europeus que a presente guerra expôs mais do que nunca. Esta interdependência, que justifica as atividades comuns dos proletários europeus, dá plena expressão à consigna dos Estados Unidos da Europa.

O social-patriotismo, que por princípio, embora nem sempre de fato, leva às conclusões do social-reformismo, propõe-nos conduzir a política do proletariado pela linha do “mal menor”, isto é, aderindo a um dos grupos beligerantes. Rejeitamos este método. Afirmamos que esta guerra preparada pelo desenvolvimento capitalista colocou brutalmente os problemas fundamentais do desenvolvimento capitalista contemporâneo de forma integral, e que a linha de conduta do proletariado internacional deve ser definida não por sinais políticos e nacionais secundários (pois, seríamos obrigados a pagar por essas vantagens incertas renunciando a uma política independente do proletariado), mas pelo antagonismo básico entre o proletariado internacional e o regime capitalista como um todo.

Colocar esta questão de princípio desta forma é a única forma de lhe conferir o seu carácter revolucionário. Só ela justifica, na teoria e na prática, a tática do proletariado internacional.

Ao negar o Estado [Ao se desincumbir de qualquer responsabilidade sobre a sorte do estado burguês] (não em nome da propaganda, mas em nome da classe mais importante), o internacionalismo não se livra passivamente do “pecado” da catástrofe, mas afirma que o destino do proletariado mundial não está ligado ao do governo nacional, que, ao contrário, deve dar lugar a uma organização superior na cultura e na economia, apoiando-se sobre bases mais amplas. Se o problema do socialismo pudesse coincidir com o marco do Estado nacional, coincidiria com a defesa nacional. Mas o problema do socialismo coloca-se perante nós sobre bases imperialistas, pois o capitalismo é obrigado a destruir os marcos nacionais e governamentais.

A semiunificação imperialista da Europa poderia ser esperada, tentamos demonstrá-la, como uma vitória total de um dos adversários, ou uma interrupção indefinida da guerra. Em ambos os casos, essa unificação seria a negação do direito à autodeterminação das pequenas nações e a centralização de todas as forças de reação monárquica, exército permanente e diplomacia secreta.

A unificação republicana e democrática da Europa, a única capaz de garantir o desenvolvimento nacional, só pode ser alcançada através da luta revolucionária contra o centralismo militarista, dinástico e imperialista, e pela revolta das diferentes nações. Mas a revolução europeia vitoriosa, quaisquer que sejam suas peripécias nas diferentes nações (na ausência de outras classes revolucionárias) só pode dar poder ao proletariado. Consequentemente, os Estados Unidos da Europa representam, acima de tudo, a única forma concebível de ditadura do proletariado europeu.

Posfácio de 1922

O Programa de Paz segue a tese exposta no primeiro volume de Guerra e Revolução.¹

Já repetimos várias vezes que a revolução proletária não pode se expandir vitoriosamente dentro dos marcos nacionais. Esta afirmação, pode parecer a alguns leitores ser desmentida pela experiência de quase cinco anos de nossa República Soviética. Mas essa conclusão não tem fundamento. O fato do poder operário ter sido capaz de se manter contra o mundo inteiro, e em um único país atrasado, atesta as capacidades colossais do proletariado, que nos países mais avançados e civilizados, operaria milagres. Mas, no sentido político e militar, como governo, não chegamos perto da formação de um Estado socialista, sequer nos aproximamos. A luta pela preservação do poder revolucionário provocou uma extraordinária diminuição das forças produtivas; ora, o socialismo só é imaginável pelo crescimento e plenitude destes. As negociações alfandegárias com os Estados burgueses, as concessões e a Conferência de Genebra são um testemunho avassalador da impossibilidade da construção isolada do socialismo nos quadros nacionais. Enquanto os outros Estados tiverem governos burgueses, em nossa luta contra o isolamento econômico seremos forçados a buscar acordos com o mundo capitalista; podemos dizer com certeza que esses acordos podem nos ajudar a curar nossas feridas, a fazer alguns progressos, mas o grande impulso da economia socialista na Rússia só será possível com a vitória do proletariado nas principais nações europeias.

Os acontecimentos dos últimos anos demonstram claramente que a Europa constitui um todo, não só geograficamente, mas econômica e politicamente, o que se reflete: na decadência da Europa, no poderio crescente dos EUA e nas tentativas de Lloyd George de salvar a Europa combinando os métodos do imperialismo e do pacifismo.

Atualmente, o movimento operário europeu encontra-se num período de atividade defensiva, reunindo as suas forças e preparando-se. Um novo período de lutas revolucionárias, declarado com o objetivo da tomada do poder, empurrará inevitavelmente para a questão da interação dos povos da Europa revolucionária. A única solução para esta questão é a criação dos Estados Unidos da Europa. Enquanto a experiência da Rússia fez avançar o poder soviético como a forma mais natural da ditadura do proletariado, enquanto a vanguarda proletária de outros países admitiu essa forma de poder como princípio, podemos prever que, a partir do renascimento da luta direta pela conquista do poder, o proletariado europeu promoverá o programa da República Soviética Europeia. Atualmente, a experiência da Rússia é rica em lições. O regime proletário, atesta a perfeita harmonia entre a mais ampla autonomia nacional e cultural com o centralismo econômico.

Nesse sentido, a consigna dos “Estados Unidos da Europa”, traduzido para a linguagem do governo soviético, não apenas mantém seu próprio significado, mas promete revelar seu imenso significado na época iminente da revolução social.

¹ Este Epílogo foi escrito para a inclusão deste folheto na obra em dois volumes “A guerra e a revolução”, publicado em 1922.